INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

TECNOLOGIA

Projetos Pedagógicos [illegible] periores de Tecnologia em Agroindústria – Ale[illegible]ócio - Júlio de Castilhos; Agronegócio - Santo [illegible]ntos - Santo Augusto; Análise e Desenvolvime[illegible]nas - Alegrete; Análise e Desenvolvimento de [illegible] Vicente do Sul; Gestão de Turismo - São Borja, Gestão Pública – São Vicente do Sul; Irrigação e Drenagem – São Vicente do SuL; Produção de Grãos - Alegrete; Produção de Grãos - Júlio de Castilhos; Sistemas de Informação - Júlio de Castilhos; Sistemas para Internet – Frederico Westphalen; Sistemas para Internet - Santo Ângelo e Sistemas para Internet - Panambi. Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia em Agroindústria – Alegrete; Agronegócio - Júlio de Castilhos; Agronegócio - Santo Augusto; Alimentos - Santo Augusto; Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Alegrete; Análise e Desenvolvimento de Sistemas - São Vicente do Sul; Gestão de Turismo - São Borja; Gestão Pública – São Vicente do Sul; Irrigação e Drenagem – São Vicente do SuL; Produção de Grãos - Alegrete; Produção de Grãos - Júlio de Castilhos; Sistemas de Informação - Júlio de Castilhos; Sistemas para Internet – Frederico Westphalen; Sistemas para Internet - Santo Ângelo e Sistemas para Internet - Panambi Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia em Agroindústria – Alegrete; Agronegócio - Júlio de Castilhos; Agronegócio - Santo Augusto; Alimentos - Santo Augusto; Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Alegrete; Análise e Desenvolvimento de Sistemas

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM **GESTÃO PÚBLICA**

Campus São Vicente do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM **GESTÃO PÚBLICA**

Campus São Vicente do Sul

Aprovado na 3ª Reunião Extraordinária de 2008 - Ata nº 38 -

Resolução nº 023, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica – São Vicente do Sul, de 14 de novembro de 2008.

Reformulado Projeto Pedagógico de Curso pela Resolução Ad Referendum n° 016, de 20 de abril de 2011 (Homologado pelo Conselho Superior – Ata n°03 – 02 de maio de 2011).

Aprovado Ajuste Curricular pela Resolução Ad Referendum n° 062, de 07 de dezembro de 2012. (Homologado pela Resolução n° 040, do Conselho Superior, de 20 de junho de 2013).

Reconhecido pela Portaria nº 047, do Ministério da Educação, de 23 de janeiro de 2015.

Aprovada a Renovação do Reconhecimento pela Portaria nº 271, do Ministério da Educação, de 3 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

Dilma Rousseff
Presidente da República

Renato Janine Ribeiro
Ministro da Educação

Marcelo Machado Feres
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Carla Comerlato Jardim
Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Nídia Heringer
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Vanderlei José Pettenon
Pró-Reitor de Administração

Sidinei Cruz Sobrinho
Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi
Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

Luis Fernando Rosa da Costa
Diretor Geral do Câmpus

Luis Aquiles Martins Medeiros
Diretor de Ensino do Câmpus

Cléia Margarete Macedo da Costa Tonin
Coordenadora Geral de Ensino do Câmpus

Bruno Milani
Coordenador do Curso

Equipe de elaboração
(Comissão de elaboração, NDE, colegiado do curso)

Colaboração Técnica
Núcleo Pedagógico do Câmpus São Vicente do Sul
Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisor Textual
Rosângela Segala

Sumário

1. Detalhamento do curso 14
2. Contexto educacional 14
2.1. Histórico da Instituição 14
2.2. Justificativa de oferta do curso 16
2.3. Objetivos do curso 16
2.3.1. Objetivo Geral 16
2.3.2. Objetivos Específicos 16
2.4. Requisitos e formas de acesso 17
3. Políticas institucionais no âmbito do curso 17
3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão 17
3.2. Políticas de Apoio ao discente 18
3.2.1. Assistência Estudantil 18
3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) 19
3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social 19
3.2.4. Atividades de Nivelamento 20
3.2.5. Mobilidade Acadêmica 20
3.2.6. Educação Inclusiva 20
3.2.6.1. Núcleo de Atendimento e Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) 21
3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) 21
3.2.7. Programa Permanência e Êxito 22
3.2.8. Acompanhamento de Egressos 22
4. Organização didático-pedagógica 22
4.1. Perfil do Egresso 22
4.1.1. Áreas de atuação do Egresso 23
4.2. Metodologia 23
4.3. Organização curricular 23
4.4. Matriz Curricular 25
4.4.1. Pré-Requisitos 27
4.5. Representação gráfica do perfil de formação 28
4.6. Prática Profissional 30
4.6.1. Prática Profissional Integrada (PPI) 30
4.7. Atividade Semipresencial 31

4.8. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 31
4.9. Estágio Curricular Supervisionado 31
4.10. Atividades Complementares de Curso (ACC) 31
4.11. Disciplinas Eletivas 33
4.12. Avaliação 33
4.12.1. Avaliação da Aprendizagem 33
4.12.2. Autoavaliação Institucional 33
4.12.3. Avaliação do Curso 33
4.13. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores 34
4.14. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores 34
4.15. Expedição de Diploma e Certificados 34
4.16. Ementário 35
4.16.1. Componentes curriculares obrigatórios 35
4.16.2. Componentes curriculares eletivos 45
5. Corpo docente e técnico administrativo em educação 47
5.1. Corpo Docente 47
5.1.1. Atribuições do Coordenador de Curso 49
5.1.2. Atribuições do Colegiado de Curso 49
5.1.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) 49
5.2. 5. Corpo Técnico Administrativo em Educação 50
5.3. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação 52
6. Instalações físicas 52
6.1. Biblioteca 52
6.2. Áreas de ensino específicas 52
6.3. Áreas de esporte e convivência 53
6.4. Áreas de atendimento ao discente 53
7. Referências 54
8. Anexos 56

1. Detalhamento do curso

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Grau: Tecnologia
Modalidade: presencial
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Ato de Criação do curso: Aprovado na 3ª Reunião Extraordinária de 2008 - Ata nº38 - Resolução nº 023, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica – São Vicente do Sul, de 14 de novembro de 2008.
Quantidade de Vagas: 35
Turno de oferta: noturno
Regime Letivo: semestral
Regime de Matrícula: por componente curricular
Carga horária total do curso: 1852 horas
Carga horária de TCC: 72 horas
Carga horária de ACC: 160 horas
Tempo de duração do Curso: 2,5 anos (5 semestres)
Tempo máximo para Integralização Curricular: 4 anos (8 semestres)
Periodicidade de oferta: anual
Local de Funcionamento: Câmpus São Vicente do Sul, rua 20 de Setembro, S/N, São Vicente do Sul.
Coordenador do Curso: Bruno Milani
Contato do Coordenador: (55) 3257 4132
E-mail: bruno.milani@iffarroupilha.edu.br

2. Contexto educacional

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei n. 11.892 de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro Câmpus: Câmpus São Vicente do Sul, Câmpus Júlio de Castilhos, Câmpus Alegrete e Câmpus Santo Augusto.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do Câmpus Panambi, Câmpus Santa Rosa e Câmpus São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em Câmpus, em 2013, com a criação do Câmpus Santo Ângelo e com a implantação do Câmpus Avançado de Uruguaiana. Em 2014 foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar Câmpus Frederico Westphalen e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Não-Me-Toque, Quaraí, Carazinho e Santiago. Assim, o IF Farroupilha constitui-se por dez Câmpus e um Câmpus Avançado, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses câmpus, o IF Farroupilha atua em 35 cidades do Estado, com 37 polos que ofertam cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os câmpus. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O Câmpus São Vicente do Sul, do Instituto Federal Farroupilha, foi criado em 17 de novembro de 1954, através de Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, publicado no Diário Oficial de 30/11/1954, em conformidade com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 e janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.178, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria, sob a denominação de Colégio Agrícola. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM.

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto no 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

Após, através do Decreto n° 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2° Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Decreto n° 99.180 criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas.

A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto n° 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966.

Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituições de Ensino Superior.

Em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC n° 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União, estabeleceu a relação dos campi componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o Câmpus São Vicente do Sul/RS.

Desse modo, o contexto socioeconômico, caracterizado por grandes transformações aliadas à inovação tecnológica e desafios enfrentados pela sociedade atual trouxeram a necessidade de se resgatar valores, fazendo com que as Instituições de Ensino Superior tenham que se posicionar quanto ao tipo de profissionais que esperam formar.

Diante disso, cabe à Instituição questionar e reorientar o processo formativo de seus cursos, adequando-os às novas exigências sociais, por meio de debates que iniciam pelo perfil esperado do egresso e pela definição de quais serão as práticas pedagógicas a serem utilizadas para garantir uma formação capacitada e orientada para os valores estabelecidos por esta realidade.

Para tanto, o Instituto Federal Farroupilha e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública formalizaram esta orientação em forma de Projeto Pedagógico de Curso (PPC). A instituição buscou adequar sua prática pedagógica, que apresenta uma dimensão política, compromissada com a formação do cidadão para o contexto social existente, e uma dimensão pedagógica, buscando formar um cidadão responsável, participativo, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento local e regional. Destaca-se, nesse empenho, o esforço em adequar constantemente à estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública à realidade onde está inserido o curso.

A instituição obedece aos critérios da organização curricular, e qualificação estabelecida de acordo com a Resolução CNE/CP n°3/2002, instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Educação Profissional de nível tecnológico, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, e da portaria nº10, de 28 de julho de 2006, que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e especificamente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Assim, foi desenvolvida a Matriz curricular do Curso, em consonância também com os seguintes documentos institucionais do IF Farroupilha: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI), Currículo Referência do Instituto Federal Farroupilha e Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores.

Para viabilizar esta construção, reuniram-se a Coordenação do Curso com a Direção Geral, a Supervisão Pedagógica, o Corpo Técnico Administrativo, discentes, Colegiado do Curso, além de atores e agentes da comunidade local para instituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), balizado na Resolução N°01, de 17 de junho de 2010.

O Parecer CONAES N°.04/2010, Art.1° dispõe que o NDE de um curso constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

pedagógico do curso, para tratar sobre a construção do documento participativo. O trabalho desse grupo resultou no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, tendo a finalidade de explicitar as políticas e práticas pedagógicas.

2.2. Justificativa de oferta do curso

O Instituto Federal Farroupilha, com sede no município de São Vicente do Sul, localizado a 373 km da capital do Estado, caracteriza-se por centralizar os acessos às demais cidades da fronteira gaúcha, onde é marcante a influência da Instituição junto à comunidade externa. Essa integração é facilitada pela privilegiada localização e pela excelente estrutura física e humana da qual o IF Farroupilha Câmpus São Vicente do Sul, dispõe.

Com a finalidade de atender às crescentes necessidades da sociedade, que busca profissionais com sólida formação tecnológica, o Câmpus implantou um número significativo de cursos nas diferentes áreas do conhecimento.

A proposta de implantação e execução do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é resultado do levantamento da realidade por meio de chamada pública e de um estudo realizado pelo Curso Técnico em Secretariado com a comunidade Regional. Esses estudos apontaram a demanda por cursos na área de Gestão. Paralelos a esse estudo, intensificavam-se na Instituição os trabalhos de extensão junto a prefeituras de municípios próximos, indicando a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na área.

O Governo Federal através dos órgãos competentes tem incentivado ações que objetivem a eficiência na gestão pública, através de programas de apoio aos municípios, oferecendo, dessa forma, a possibilidade da utilização de recursos financeiros para programas disponibilizados. Contudo, o que se tem observado em muitos municípios de pequeno porte é a falta de qualificação dos agentes para elaborarem projetos capazes de acessar esses recursos.

A taxa elevada e crescente da urbanização no Brasil coloca o país entre os mais atrasados na área da Gestão Pública, detectado pela carência de profissionais da área, ocorridas em muitas cidades brasileiras. (IBGE, 2009).

Pode-se identificar, assim, a crescente carência por profissionais preparados para atuar na Gestão Pública, principalmente tecnólogos que estejam aptos para as novas e emergentes demandas no contexto onde serão inseridos com o perfil de formação integrados e participativos, confirmando dessa forma, a necessidade da preparação de nível superior.

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública vem contribuir com o papel do IF Farroupilha-SVS como protagonista e estimulador do desenvolvimento local, regional e nacional, consciente de sua responsabilidade de agente transformador da realidade, articulada ao conhecimento científico-tecnológico.

Analisando-se o Vale do Jaguari composto por nove municípios do qual São Vicente do Sul faz parte (sede do IF Farroupilha-SVS), estima-se que existam mais de 8.000 servidores públicos atuando na região, nas diversas áreas de trabalho, o que evidencia a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem nessas instituições, de forma responsável e ética, uma vez que operam com recursos públicos.

O curso foi pensado de forma que os alunos possam atuar nas diferentes esferas do setor público por meio de projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para a qualificação da gestão das instituições estudadas e propiciando ao estudante uma formação fortemente ligada à realidade onde atuarão futuramente. O Tecnólogo tem formação profissional voltada para uma área bastante específica, integrando teoria e aplicação prática. Esse profissional desenvolve determinadas habilidades e competências para se inserir mais rapidamente no mundo do trabalho.

A implantação de novos Cursos Superiores de Tecnologia vem consolidar a missão do IF Farroupilha-SVS, no que se refere à oferta da educação profissional de nível superior, uma vez que os Cursos Técnicos de Nível Médio e os de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores já são tradicionalmente desenvolvidos pela instituição.

2.3. Objetivos do curso

2.3.1. Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivo a formação de profissionais éticos e competentes, capazes de analisar o ambiente das organizações pertencentes ao setor público, identificando e solucionando problemas existentes e potenciais, contribuindo assim com o desenvolvimento regional e avanço do conhecimento científico-tecnológico.

2.3.2. Objetivos Específicos

O curso possui como objetivos específicos:

- promover autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;
- preparar profissionais para atuação no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, agindo de forma ética e competente em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- preparar cidadãos e profissionais aptos para a intervenção na realidade, de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional;
- formar profissionais com uma visão holística e interdisciplinar que viabilize a busca de soluções complexas para problemas das diversas áreas ligadas ao serviço público;
- melhorar a imagem e qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos junto à comunidade em função da elevação na formação dos profissionais que atuam nesse setor;
- formar profissionais com visão crítica e humanística aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado e interdependente, participando do desenvolvimento da sociedade;
- incentivar a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia bem como à difusão da cultura;
- incentivar as alternativas integradas para o desenvolvimento sustentável local e global;
- incentivar domínio da comunicação interna e externa de forma a mostrar competências na forma oral e escrita, atitude crítica, liderança, trabalho em equipe com criatividade e inovação;
- promover o domínio de habilidades instrumentais básicas voltadas para o perfil do Gestor Público;
- propiciar meios para a inclusão de pessoas com deficiência, possibilitando a participação com autonomia na sociedade, como sujeitos atuantes nas decisões sociais, econômicas e políticas, sendo que, as práticas pedagógicas devem ser voltadas ao atendimento das especificidades dos educando sempre respeitando seu contexto, tempo, potencialidades e limitações, através de adequações curriculares, metodológicas e avaliativas, seguindo os preceitos da LDB, capítulo V, que trata sobre a Educação Especial.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no curso de Tecnologia em Gestão Pública é necessário ter concluído o ensino médio e ter sido aprovado no processo seletivo, conforme critérios de edital próprio.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha destina vagas para ingresso por meio de Processo Seletivo Próprio através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Desse total de vagas, 5% são destinadas para Pessoas com Deficiência (PD), conforme o Decreto nº 3298/90.

Além disso, o Processo Seletivo para Ingresso nos cursos superiores do IF Farroupilha, em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, com a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, reserva, no mínimo, 50% das vagas para candidatos oriundos de escola pública, assim distribuídas:

- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (EP≤1,5);
- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos (PRE), pardos (PAR) ou indígenas (IND), conforme dados do IBGE;
- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (EP>1,5);
- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a - 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos (PRE), pardos (PAR) ou indígenas (IND), conforme dados do IBGE;

Em caso de vaga ociosa no curso, decorrente de evasão ou transferência, o IF Farroupilha abrirá Edital para transferência e/ou para portadores de Diploma.

3. Políticas institucionais no âmbito do curso

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Curso de Tecnologia em Gestão Pública estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas as seguintes ações: apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui um Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentes Brilhantes, que disponibiliza taxa de bancada para custear o projeto e Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos, além de participar de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada do Câmpus e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os Câmpus do Instituto, além disso, é dado incentivo a participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados a área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do curso de Tecnologia em Gestão Pública são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.2. Políticas de Apoio ao discente

Nos tópicos abaixo estão descritas as políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes, destacando-se as políticas de assistência aos estudantes, apoio pedagógico, psicológico e social, oportunidades para mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução n°12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus câmpus.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio às atividades extra-curriculares remuneradas, auxílio alimentação) e, em alguns câmpus, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada Câmpus para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada Câmpus do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar,

A CAE do Câmpus São Vicente do Sul é composta por uma equipe mínima de 20 servidores, como nutricionista, médico, odontólogo, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, assistente de aluno, vigilante, servente de limpeza, duas pessoas no serviço de lavanderia, vigilante, assistente em administração, assistente social, técnico em assuntos educacionais e psicólogo. E oferece em sua infraestrutura: refeitório, moradia estudantil, sala de convivência, espaço para as organizações estudantis e prática de esportes.

3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do Câmpus, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do Câmpus, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a)Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no Câmpus; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do Câmpus.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no Câmpus, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações d a educação e ensino técnico e tecnológico, na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do Câmpus. garantir a comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados, como também demais objetivos e atividades que venham ao encontro a garantia da qualidade de ensino que esteja relacionado com a finalidade e objetivos do NPI de cada Câmpus.

3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha – Câmpus São Vicente do Sul possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: psicólogo, pedagogo, educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento psicopedagógico compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

As atividades de apoio psicopedagógico atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, psicopedagógico, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vis-

tas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado peloNúcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

As ações desenvolvidas no câmpus com vista ao âmbito psicopedagógico abrangem questões com a mediação de conflitos familiares e interpessoais, dificuldades de aprendizagem e o atendimento individual de alunos.

3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

a) disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;

b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores;

c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

d) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

No curso são ofertados projetos de ensino e monitorias, bem como projetos de extensão, que visam melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos discentes, a fim de suprir lacunas anteriores, bem como um aprimoramento dos conhecimentos na área de gestão.

3.2.5. Mobilidade Acadêmica

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a Programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas no Regulamento aprovado pela Resolução nº 012/2014 do Conselho Superior do IF Farroupilha.

Os alunos do curso de Tecnologia em Gestão Pública serão incentivados em participar de programas e projetos de Mobilidade Acadêmica na área de atuação do curso, com o intuito de aperfeiçoar seus saberes e sua formação profissional.

3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI - situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

I – à preparação para o acesso;

II – a condições para o ingresso;

III - à permanência e conclusão com sucesso;

IV - ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o Câmpus São Borja conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE): Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero.

3.2.6.1. Núcleo de Atendimento e Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

A partir da política de atendimento a pessoa com deficiência o IF Farroupilha atua em três perspectivas de atendimento ao aluno: ingresso, permanência e êxito. No ingresso organiza-se a adaptação do processo seletivo a fim de atender as necessidades especificas dos candidatos. No aspecto da permanência deste estudante, o IF Farroupilha incentiva a capacitação dos docentes e técnicos administrativos, bem como a preocupação no êxito deste aluno na instituição, buscando a qualidade do ensino, por meio do desenvolvimento e valorização das potencialidades dos estudantes.

O Núcleo de Atendimento ás Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IF Farroupilha Câmpus São Vicente do Sul foi criado através da Portaria nº 032 de 04 de maio de 2005 e tem como objetivo a promoção da cultura para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais na instituição, de modo a promover a inclusão de todos na educação. Ao NAPNE compete:

I – Apreciar os assuntos concernentes: á quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais; atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais no Câmpus; á revisão de documentos visando á inserção de questões relativas á inclusão no ensino regular, em âmbito interno e externo ; promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

II – Articular os setores da instituição nas diversas atividades relativas á inclusão dessa clientela, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático – pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;

III- Prestar assessoramento aos dirigentes do câmpus em questões relativas á inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – PNEs.

No Câmpus São Vicente do Sul, para realizar suas ações, o NAPNE conta com uma sala de multifuncional, a qual dispõe de materiais específicos para o atendimento especializado. Neste lugar são realizados atendimentos e orientações individuais buscando a adaptação curricular para o ensino de qualidade. Além disso, os membros do NAPNE fazem parte da comissão de infraestrutura do câmpus, para garantir a acessibilidade arquitetônica, de acordo com o NBR 9050.

Desse modo, o câmpus conta com um NAPNE, que é formado por uma equipe de profissionais habilitados na área (psicólogo, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, profissionais da saúde, entre outros) visando apoiar a formação com qualidade e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes. É importante destaca que o IF Farroupilha, como uma instituição inclusiva está empenhada em garantir a acessibilidade pedagógica por meio da flexibilidade e da adaptação curricular conforme as necessidades especificas do estudante com deficiência.

As adaptações de acessibilidade ao currículo dizem respeito ás ações empreendidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação, dentre outros, conforme o Decreto nº 5.296/2004.

No curso de Tecnologia em Gestão Pública, caberá ao coordenador juntamente com o Colegiado do Curso o encaminhamento e acompanhamento dos casos vinculados ao NAPNE possibilitando o auxilio educacional necessário, visando á inclusão e o bem estar dos alunos. A temática da inclusão será abordada ao longo do curso e também ofertada como disciplina eletiva de Libras.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área, desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

De modo a fomentar alterações sociais na sociedade brasileira foram criadas as leis nº 10.639/03 e 11645/08 que determinam a inclusão da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

nos currículos escolares. Politicas estas, frutos de lutas e de reivindicações históricas dos movimentos sociais e que passam a orientar as instituições escolares a repensar as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas. Bem como, seus procedimentos de ensino, objetivos tácitos e explícitos da educação que se oferta. Ambas visam á reparação destes grupos, corrigindo danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação. A fim de garantir a valorização da diversidade e do pertencimento racial das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico múltiplo e plural que somos.

Por meio da Portaria nº 340 de 20 d outubro d 2008, no IF Farroupilha Câmpus São Vicente do Sul, o NEABI, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Com o intuito de assegurar o processo da educação no contexto da diversidade e coletividade e garantir a afirmação e revitalização dos grupos até então excluídos e discriminados socialmente.

O curso de Tecnologia em Gestão Pública expõe esta temática no âmbito do curso por meio da oferta desta disciplina e também por meio de ações que valorizam as contribuições da diversidade cultural que compõem nossa sociedade no cotidiano das aulas e nas diversas formas de conhecimentos enfatizados nas diferentes áreas de saberes desenvolvidos durante o curso.

3.2.7. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus câmpus ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.2.8. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública mantém um banco de dados com informações dos estudantes, com vistas a sua utilização após a conclusão do curso, no intuito de seu futuro acompanhamento.

4. Organização didático-pedagógica

4.1. Perfil do Egresso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública visa à formação humana e cidadã, profissional e investigativa, com ampla capacidade de liderança, competência técnica e iniciativa para atividade de consultoria, gestão de pessoas, visão empreendedora, flexibilidade para lidar com as mudanças do ambiente contemporâneo tendo capacidade de realizar pesquisas básicas aplicadas a áreas das organizações.

Com isso, o egresso do curso deve apresentar um perfil ético e comprometido com as questões de diversidades sociais e impactos ambientais para atuar no mercado de trabalho, aptos para o desempenho de atividades dos mais diversos campos de trabalho, planejadas para aperfeiçoar e satisfazer as necessidades dos seus consumidores e ao mesmo tempo as necessidades das organizações.

O projeto pedagógico do Curso de Gestão Pública visa o desenvolvimento das seguintes competências do egresso:

- demonstrar compreensão de todo o processo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como suas relações com o ambiente externo, tendo conhecimento das funções de planejar, organizar, controlar, comandar e coordenar tendo-os como base para as tomadas de decisões;
- atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com o Art.37 da CF/88;
- lidar com modelos inovadores de gestão tendo como capacidade elaborar, implementar e consolidar projetos;
- desenvolver habilidades de comunicação interna e externa nas organizações para ter o conhecimento nas negociações e isonomia no ambiente organizacional;
- resolver situações com flexibilidade diante dos desafios do mercado, adaptando-se ao ambiente onde as organizações estão inseridas, tendo como meta a cooperação e a troca de conhecimentos adquiridos profissionalmente;
- selecionar estratégias e tomar decisões em ambientes turbulentos e de competição acirrada.

O egresso estará capacitado a gerir organizações públicas e privadas que estão inseridas nos diversos setores de produção, podendo realizar projetos compatíveis à sua formação, atuando em áreas diferenciadas do mercado. Esse profissional estará apto a trabalhar em órgãos estatais e governamentais, bem como em empresas privadas dos mais variados ramos de atividades ligados à gestão pública.

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será capaz de analisar o ambiente das organizações pertencentes ao setor público, identificando e solucionando problemas existentes e potenciais, contribuindo assim com o desenvolvimento regional e avanço do conhecimento científico-tecnológico. Uma vez identificados os pontos relevantes deve ser capaz de mobilizar os recursos disponíveis para as soluções de forma ética e responsável.

O tecnólogo em Gestão Pública estará apto a desenvolver, de forma plena e inovadora atividades que contemplem: aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; difusão de tecnologias; gestão e desenvolvimento de processos públicos no contexto da sua área de atuação profissional; compreender e avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes das novas tecnologias.

4.2. Metodologia

As práticas pedagógicas ou metodológicas voltadas para o ensino no curso superior de tecnologia em Gestão Pública devem propiciar aos discentes uma formação profissional continuada e atualizada, utilizando recursos didáticos e metodológicos que contribuam para o desenvolvimento das competências indicadas no perfil profissional do egresso. A concepção dessas práticas deve centrar no aluno como sujeito, e apoiada no professor, como facilitador e mediador no processo ensino-aprendizagem.

Recomenda-se que definam as estratégias de ensino alinhadas aos objetivos e competências de cada unidade curricular, levando o professor a pensar a ação docente de forma articulada com o PPC.

Os docentes devem primar por práticas pedagógicas voltadas para a aprendizagem baseada em problemas, utilizando casos que sirvam de base para atividades didáticas e avaliações dos alunos, bem como, o esforço de promover a aprendizagem significativa. Nesse processo, os alunos são demandados a resolvê-los e estimulados a pensar criticamente, rejeitar simplificações e buscar ativamente a informação já no início do Curso.

O estímulo a relação entre teoria e prática como eixo das atividades educacionais pode ser articulada pela tríade ensino-pesquisa-extensão, permeando e orientando as atividades em todos os módulos, demandando dos alunos a formulação de projetos de pesquisa aplicados ao contexto da atuação profissional, fomentando a coleta de dados, análise e apresentação de resultados, assim como a preparação e apresentação de casos.

Considera-se importante a implementação de aulas expositivas interativas, além de outras estratégias de ensino, como estudo do meio, estudo dirigido, visitas técnicas, estudos de caso, seminários, fórum de debates, entre outras. Assim, entende-se como relevante não só a participação individual, mas também o trabalho em grupo.

Os recursos da tecnologia da informação também podem servir de mediadores da relação ensino aprendizagem no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. A utilização de vídeos para promover discussões será incentivada pelos professores, quer como atividade a ser desenvolvida nas disciplinas, quer como atividades complementares. A utilização do laboratório de informática pode possibilitar a atividade de pesquisa na Internet, inclusive na base Periódicos CAPES, além de tornar as aulas mais interativas e dinâmicas, de maneira a familiarizar o aluno com os recursos tecnológicos.

4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A organização curricular do curso está organizada de forma a concretizar e atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso, atendendo às orientações do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, à legislação vigente, às características do contexto regional e às concepções preconizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha.

O currículo do curso de Tecnologia em Gestão Pública está organizando a partir de 04 (quatro) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Articulador, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Comum destina-se aos componentes curriculares necessários à formação em todos os cursos de tecnologia da Instituição, e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área específica visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso e assegurar uma unidade formativa nos cursos de tecnologia.

O núcleo articulador contempla os componentes curriculares que perpassam os cursos do eixo de gestão e negócios, visando uma identidade do eixo. Os componentes são: Empreendedorismo e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, temas imprescindíveis e comuns a quaisquer atividades de gestão. O incentivo e a discussão acerca do empreendedorismo e desenvolvimento sustentável incluem paradigmas e dilemas em voga, os quais não podem ser negligenciados pela gestão moderna.

O núcleo específico destina-se aos componentes específicos da área de formação em gestão pública, englobando as disciplinas centrais do curso. Este grupo de disciplinas visa à construção do conhecimento básico em gestão pública, cerne da formação pretendida.

O Núcleo Complementar compreende as atividades complementares, os componentes curriculares eletivos e o Trabalho de Conclusão de Curso visando à flexibilização curricular e a atualização constante da formação profissional.

A prática profissional deve permear todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da Prática Profissional Integrada (PPI). Essa estratégia permite a constante integração teórica e prática e a interdisciplinaridade, assegurando a sólida formação dos estudantes.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – Educação ambiental – exemplo: esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial na disciplina de Ambiente de Desenvolvimento Sustentável sob a perspectiva histórica, ambiental e econômica. Ressalta-se o impacto das organizações públicas e privadas, e nas atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação do tecnólogo.

II – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – exemplo: está presente como conteúdo na disciplina de Estado e Sociedade. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Câmpus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

III – Educação em Direitos Humanos – exemplo: está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como Ética Profissional. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Câmpus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e IndígenasNEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

IV – Libras – está presente como disciplina eletiva no currículo.

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Tecnologia em Gestão Pública desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

4.4. Matriz Curricular

	Componentes Curriculares	C.H.	C.H. Semanal	Pré-Requisito
1º semestre	Fundamentos da Administração Pública	72	4	
	Direito Constitucional	72	4	
	Leitura e Produção Textual	36	2	
	Contabilidade	72	4	
	Empreendedorismo	36	2	
	Economia e Desenvolvimento	72	4	
		360	20	
2º semestre	Estatística	72	4	
	Contabilidade Pública	72	4	Contabilidade
	Metodologia Científica	36	2	
	Direito Administrativo	72	4	
	Estado e Sociedade	72	4	
	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	36	2	
		360	20	
3º semestre	Gestão de Políticas Públicas	72	4	
	Finanças e Orçamento Público	72	4	Contabilidade Pública
	Marketing no Setor Público	72	4	
	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	72	4	
	Qualidade na Gestão Pública	36	2	
	Eletiva I	36	2	
		360	20	
4º semestre	Gestão de Serviços Públicos	72	4	
	Gestão de Pessoas	72	4	
	Contratos Administrativos e Licitações	72	4	
	Planejamento Estratégico na Gestão Pública	72	4	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	36	2	Estatística,Contabilidade Pública,Metodologia Científica,Direito Administrativo,Estado e Sociedade,Ambiente Desenvolvimento Sustentável,Gestão de Políticas Públicas,Finanças e Orçamento Público, Marketing no Setor Público,Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais,Qualidade na Gestão Pública
	Eletiva II	36	2	
		360	20	

		Componentes Curriculares	C.H.	C.H. Semanal	Pré-Requisito
5º semestre		Elaboração de Projetos de Captação de Recursos	72	4	
		Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público	72	4	Finanças e Orçamentos Públicos
		Ética Profissional	36	2	
		Eletiva III	36	2	
		Trabalho de Conclusão de Curso II	36	2	Trabalho de Conclusão de Curso I
			252	14	

Atividades Complementares de Curso	160

Componentes do Currículo	C.H.
Disciplinas	1620
Trabalho de Conclusão de Curso	72
Atividades Complementares de Curso	160
Carga Horária Total do Curso	1852

LEGENDA

- Disciplinas do Núcleo Específico
- Disciplinas do Núcleo Complementar
- Disciplinas do Núcleo Articulador
- Disciplinas do Núcleo Comum

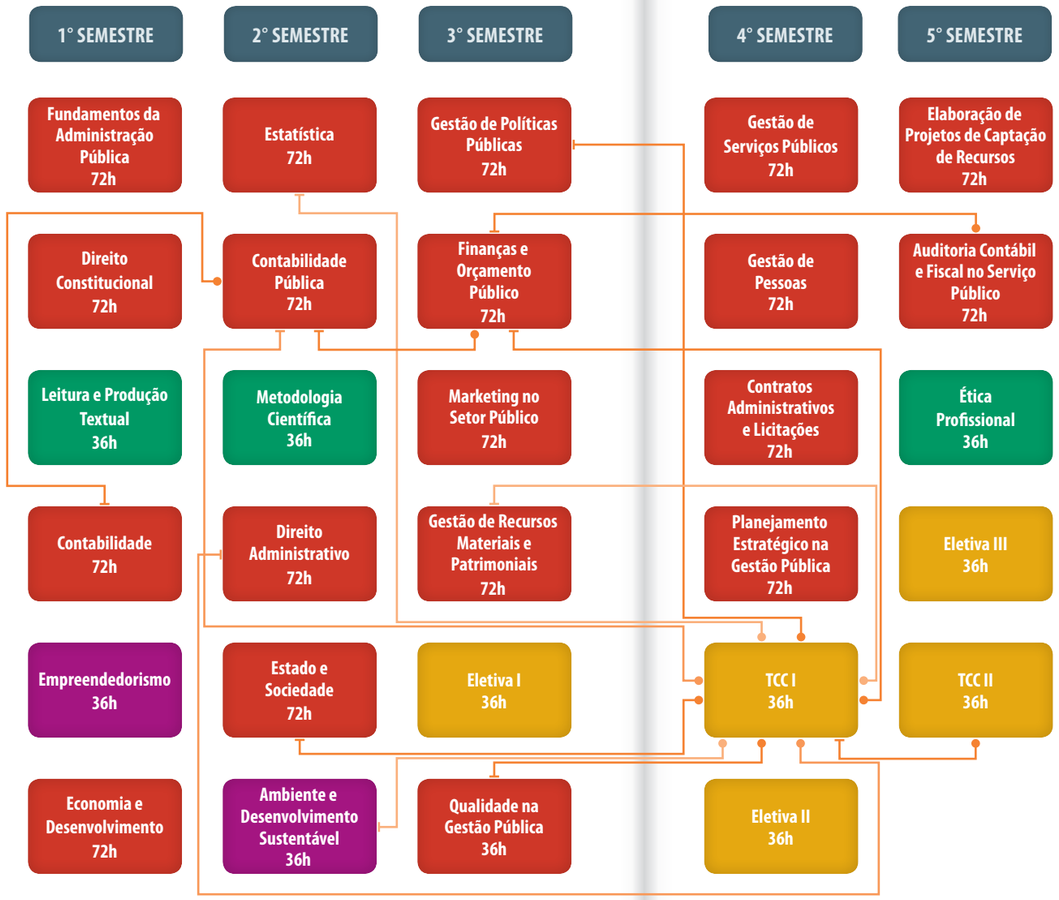
4.4.1. Pré-Requisitos

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam, apresentando, assim, a necessidade de algumas disciplinas terem pré-requisitos, conforme se pode verificar a partir da estrutura de curso proposta e do ementário.

Especialmente em relação à disciplina de TCC I terá como pré-requisitos a integralização de disciplinas equivalentes a 50% da carga horária do curso, para que o aluno inicie a confecção do trabalho tendo construído uma parcela do conhecimento pretendido. Dessa forma, espera-se que este embasamento garanta a qualidade da pesquisa e o devido aproveitamento da disciplina de TCC.

Componente Curricular	Pré-Requisitos
Contabilidade Pública	Contabilidade
Finanças e Orçamentos Públicos	Contabilidade Pública
Trabalho de Conclusão de Curso I	Estatística Contabilidade Pública Metodologia Científica Direito Administrativo Estado e Sociedade Ambiente Desenvolvimento Sustentável Gestão de Políticas Públicas Finanças e Orçamento Público Marketing no Setor Público Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais Qualidade na Gestão Pública
Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público	Finanças e Orçamentos Públicos
Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I

4.5. Representação gráfica do perfil de formação



LEGENDA

- Disciplinas do Núcleo Específico
- Disciplinas do Núcleo Comum
- Disciplinas do Núcleo Complementar
- Disciplinas do Núcleo Articulador

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

4.6. Prática Profissional

4.6.1. Prática Profissional Integrada (PPI)

A Prática Profissional Integrada consiste em uma metodologia de ensino que visa assegurar um espaço/tempo no currículo que possibilite a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a interdisciplinaridade e flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A Prática Profissional Integrada desenvolve-se com vistas a atingir o perfil profissional do egresso, tendo como propósito integrar os componentes curriculares formativos, ultrapassando a visão curricular como conjuntos isolados de conhecimentos e práticas desarticuladas e favorecer a integração entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, formação específica e formação básica ao longo do processo formativo.

O planejamento, desenvolvimento e avaliação das PPIs, deverão levar em conta as particularidades da área de conhecimento do curso, para que se atendam os objetivos formativos, a partir de atividades coerentes com seu projeto pedagógico e passíveis de execução.

São objetivos específicos das Práticas Profissionais Integradas:

I - aprofundar a compreensão do perfil do egresso e áreas de atuação do curso;

II - aproximar a formação dos estudantes com o mundo de trabalho;

III - articular horizontalmente o conhecimento dos componentes curriculares envolvidos, oportunizando o espaço de discussão e espaço aberto para entrelaçamento com outras disciplinas, de maneira que as demais disciplinas do curso também participem desse processo;

IV – integrar verticalmente o currículo, proporcionando uma unidade em todo o curso, compreendendo uma sequência lógica e crescente complexidade de conhecimentos teóricos e práticos, em contato com a prática real de trabalho;

V - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, de acordo com as peculiaridades territoriais, econômicas e sociais em que o curso está inserido;

VI – constituir-se como espaço permanente de reflexão-ação-reflexão envolvendo todo o corpo docente do curso no seu planejamento, permitindo a autoavaliação do curso e, consequentemente, o seu constante aperfeiçoamento;

VII - incentivar a pesquisa como princípio educativo;

VIII - promover a interdisciplinaridade;

IX– promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A PPI deve ser realizada por meio de estratégias de ensino que contextualizem a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade e fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, pesquisas e práticas, desenvolvam projetos e ações baseados na criticidade e na criatividade.

A PPI do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública terá na sua organização curricular, o percentual de 5% da carga horária total das disciplinas obrigatórias do currículo das disciplinas obrigatórias do curso. Cada semestre letivo terá no mínimo três disciplinas com carga horária de PPI, a ser definida em reunião do Colegiado do Curso a cada semestre letivo em vigor.

A PPI será planejada, preferencialmente antes do início do semestre letivo na qual será desenvolvida ou, no máximo, até trinta dias úteis a contar do primeiro dia letivo do semestre no qual será desenvolvida, e deverá prever, obrigatoriamente:

I – Plano de Trabalho da PPI, planejado pelo colegiado do curso, com a definição das disciplinas que integrarão, diretamente, este Plano de Trabalho;

II – as disciplinas a integrarem o Plano de Trabalho de PPI serão estabelecidas com base no perfil profissional do egresso e na temática proposta no Plano de Trabalho da PPI;

III - definição clara dos objetivos, conteúdos, conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos durante o Plano de Trabalho da PPI;

IV – estratégias de realização da PPI, tais como visitas técnicas, oficinas, projetos integradores, estudos de caso, experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, como laboratórios, oficinas, ateliês e outros, também investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, entre outras formas de integração previstas no Plano de Trabalho de PPI consoantes às Diretrizes Institucionais para os Cursos Superiores de Graduação do IF Farroupilha;

V - carga horária total do Plano de Trabalho de PPI, especificando-se a carga horária destinada ao registro no cômputo da carga horária de cada disciplina envolvida diretamente na PPI;

VII – formas de avaliação das atividades desenvolvidas na PPI:

a avaliação deverá ser integrada entre as disciplinas diretamente envolvidas;

o(s) instrumento(s) de avaliação das PPIs deverá(ão) ser utilizado(s) como um dos instrumentos para avaliação de cada disciplina diretamente envolvida;

VIII – resultados esperados na realização da PPI, prevendo, preferencialmente, o desenvolvimento de uma produção e/ou produto (escrito, virtual e/ou físico) conforme o Perfil Profissional do Egresso, bem como a realização de momento de socialização entre os estudantes e os docentes do curso por meio de seminário, oficina, dentre outros, ao final de cada período letivo e ao final do curso, visando integrar horizontal e verticalmente as Práticas Profissionais Integradas no desenvolvimento do curso.

Os professores envolvidos diretamente no Plano de Trabalho de PPI serão responsáveis pelo acompanhamento, registro e comprovação da realização das atividades previstas.

O registro das atividades de PPI será realizado no diário de classe de cada disciplina indicada no Plano de Trabalho da PPI conforme a carga horária específica destinada a cada uma das disciplinas.

Poderão ser previstas, no Plano de Trabalho de PPI, atividades no contra turno, cuja forma de desenvolvimento, acompanhamento, comprovação de realização das atividades e equivalência de carga horária em horas aula deverá ser prevista no Plano de Trabalho de PPI.

4.7. Atividade Semipresencial

A Resolução CONSUP n°013/2014 prevê em seu artigo 41 prevê a utilização da modalidade semipresencial para integralização e/ou complementação da carga horária do curso, desde que respeitados os 20% da carga horária total do curso, em consonância com a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e atendidos os 200 dias letivos.

Nesse sentido, a cada semestre, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso deliberarão acerca das disciplinas que poderão utilizar esta modalidade de ensino, sendo a carga horária de atividades a distância distribuídas entre as disciplinas oferecidas pelo curso ou concentradas em apenas uma disciplina, conforme a decisão do NDE e do Colegiado de Curso. Assim, atendendo a Res. nº 13/2014 as atividades que serão realizadas a distância, bem como os materiais didáticos utilizados nas aulas passarão pela análise do NDE e do Colegiado do Curso, estando presente no Plano de Ensino dos docentes.

4.8. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo o desenvolvimento da prática de pesquisa, extensão e/ou inovação, proporcionando a articulação dos conhecimentos construídos ao longo do curso com problemáticas reais do mundo do trabalho. A resolução n° 13/2014 apresenta as diretrizes institucionais para este componente curricular.

Ao longo do curso, são previstas as disciplinas de TCC I e TCC II. A primeira aproximará o aluno à produção acadêmica, servindo como base para a segunda, na qual efetivamente o trabalho será desenvolvido, sob a orientação de um professor.

Os temas do TCC serão escolhidos em comum acordo entre orientador e aluno, devendo respeitar as linhas de pesquisa do curso. O trabalho deverá adequar-se às normas técnicas para elaboração de monografias (ABNT) e de acordo com Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos da Instituição.

O TCC será avaliado perante uma banca de três professores, presidida pelo orientador, com critérios específicos para avaliação escrita e oral. Os critérios e maiores detalhes estão normatizados em regulamento específico, anexo ao PPC.

4.9. Estágio Curricular Supervisionado

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IFF Farroupilha – Câmpus São Vicente do Sul possua convênio, observando-se as orientações do Regulamento de Estágios do IF Farroupilha. O estágio não obrigatório poderá ser aproveitado no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normas previstas neste PPC.

4.10. Atividades Complementares de Curso (ACC)

As atividades complementares de Curso visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

No curso de Tecnologia em Gestão Pública caracterizam-se como atividades complementares aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais.

As atividades complementares devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades complementares se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades complementares pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária é de 160 horas exigida para atividades complementares, que deverá ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

Relação de atividades válidas como ACC:

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÁXIMA/HORAS	REQUISITO DE COMPROVAÇÃO
Cursos de Aperfeiçoamento na Área de Atuação.	60	Certificado com carga horária
Cursos de Língua Estrangeira e/ou Informática.	30	Certificado com carga horária
Participação em Projetos de Extensão na área.	100	Certificado com carga horária
Elaboração de Material Didático na área.	50	Comprovante de carga horária, relatório e declaração do orientador.
Participação em palestras na área do curso (ouvinte).	20h	Certificado com carga horária
Participação em Projetos de Pesquisa como aluno do curso.	100	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador, cópia e relatório do projeto
Participação em Projeto de Ensino.	60	
Apresentação de Trabalho em Eventos Científicos na área do curso (pôster).	40	Certificado e cópia do trabalho
Apresentação de Trabalho em Eventos Científicos da área (oral).	40	Certificado e cópia do trabalho
Publicação em Anais de Eventos Científicos da área (resumo expandido).	40	Cópia do material
Publicação em Anais de Eventos Científicos da área de atuação (completo).	60	Cópia do artigo
Publicação em Revistas Científicas da área de atuação.	60	Cópia do artigo
Participação em congresso, simpósio, jornada acadêmica, palestra, seminário, semana tecnológica do curso (ouvinte).	40	Certificado
Estágios não-obrigatórios.	100	Certificado e carga horária
Ministrante de cursos.	60	Certificado
Ministrante de palestras.	60	Certificado
Representação estudantil (Colegiado, Diretório Acadêmico e outros).	100	Comprovante do órgão
Participação em Grupos de Pesquisa.	100	Comprovante do órgão
Organização de eventos	60	Certificado

4.11. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública contempla a oferta de disciplinas eletivas, num total de 108 horas, a partir do 3º semestre, a carga horária de disciplinas eletivas corresponde a 7,5% da carga horária total das disciplinas obrigatórias. O curso deverá disponibilizar, no mínimo, 03 disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, que considerará as condições de infraestrutura e de pessoal da instituição.

Estas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

- Libras;
- Associativismo e Cooperativismo;
- Tópicos Especiais em Gestão Pública;
- Organizações, Sistemas e Métodos.

Poderão ser acrescidas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo NDE e Colegiado do Curso, devendo ser publicadas à comunidade acadêmica.

Poderá ser validada como disciplina eletiva, aquela realizada pelo estudante em curso superior, presencial ou a distância, desde que aprovada pela coordenação e/ou colegiado do curso, e atenda à carga horária mínima exigida;

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante poderá realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

4.12. Avaliação

4.12.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem nos cursos do Instituto Federal Farroupilha segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela Resolução CONSUP nº 04/2010, da mesma forma o disposto na Resolução n. 13/2014 De acordo com o regulamento e com base na Lei 9394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, auto-avaliações e outros, a fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do (a) aluno (a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o (a) aluno (a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é 7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

4.12.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de Autovaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Farroupilha foi aprovado através Resolução CONSUP 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada Câmpus da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.12.3. Avaliação do Curso

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública serão feitos permanentemente pela Comissão Permanente de Avaliação na busca de reconstrução das práticas e modalidades de trabalho que compõem o projeto. Cabe a CPA (Comissão Permanente de Avaliação) a responsabilidade por tal avaliação, além de registrar informações relevantes para o processo de avaliação do curso, estimular a participação dos docentes, do corpo discente e da sociedade em geral.

O presente projeto pedagógico deverá ser avaliado formalmente a cada dois anos ou sempre na ocorrência de evento que justifique tal avaliação através da

utilização dos mecanismos institucionais de avaliação de curso. A CPA aplicará instrumentos de avaliação cujos resultados serão disponibilizados no sistema do Instituto Federal Farroupilha, permitindo o planejamento de ações com vistas a permanente qualificação do trabalho de formação. Além de utilizar instrumentos e resultados de avaliações oficiais externas, como por exemplo, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A CPA também realizará diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho do Instituto e encaminhará aos órgãos competentes as solicitações quando necessárias mudanças, adaptações que se colocam como necessárias no desenvolvimento das atividades de ensino; A Pró-Reitoria de Ensino, a Direção Geral, a Direção de Ensino e o Colegiado de Curso subsidiarão as instâncias envolvidas no processo de avaliação do projeto de curso.

A CPA ainda realizará a autoavaliação institucional, conforme Resolução 13/2014 do IF Farroupilha.

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública periodicamente manterá práticas de autoavaliação, por meio de instrumentos construídos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, com o intuito de complementar o processo avaliativo, melhorando e aperfeiçoando a qualidade de ensino no curso.

4.13. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso de Tecnologia em Gestào Pública compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado pelo(s) professore(s) da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I – a correspondência entre a ementa e/ou programa cursado na outra instituição e a do curso realizado no Instituto Federal Farroupilha, não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

II - a carga horária cursada deverá ser igual ou superior àquela indicada no componente curricular do respectivo curso no Instituto Federal Farroupilha;

III - além da correspondência de ementa e carga horária entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado;

IV – caso necessário, a Comissão poderá levar casos especiais para análise do Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, de acordo com a matriz curricular a qual o estudante está vinculado.

Os procedimentos para a solicitação de aproveitamento de estudos anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.14. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do Instituto Federal Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professore(s) da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) bem como para Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.15. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo para Jubilamento, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

4.16. Ementário

4.16.1. Componentes curriculares obrigatórios

Componente Curricular: Fundamentos da Administração Pública	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Administração pública: conceito, atividades, princípios, organização, estrutura, fins, funções e atribuições e meios. A relação entre estado, governo e sociedade. A relação entre governo e gestão pública. Diferenças entre setor público e setor privado. História da Administração Pública no Brasil. O processo Administrativo na gestão pública: planejamento, organização, direção e controle. Princípios da Administração Pública. Campo de atuação da Administração Pública. Tipos de Organizações Públicas. Órgãos, funções e agentes públicos. Programas, Planos e Projetos.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. Rio de Janeiro: Elsévier, 2006. PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política. São Paulo: Atlas, 2013. SANTOS, Clélio Saldanha. Introdução a Gestão Pública. 2.ed. Saraiva, 2006.	
Bibliografia Complementar	
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria geral da administração: uma abordagem da moderna administração das organizações. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. FERRER, Florência. Gestão Pública Eficiente. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.	

Componente Curricular: Direito Constitucional	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Visão Geral do direito e sua correlação com a Lei. Direito e Moral. Fontes do Direito. Direito Objetivo. Direito Subjetivo. Processo Legislativo. Vacatio Legis. Hierarquia das Leis e critérios de resolução de antinomias. Dogmática constitucional. Evolução histórica do constitucionalismo. Classificação das constituições. Constituição Brasileira: repartição de competências. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Controle da constitucionalidade. Organização do Estado Brasileiro. Poderes do Estado: Legislativo e Poder Executivo e Judiciário. Defesa do Estado e das Instituições. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.	
Bibliografia Básica	
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2009. BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 2012. LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva,2012.	
Bibliografia Complementar	
CENEVIVA, Walter. Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003. GAMA, Ricardo Rodrigues. Manual de Direito Constitucional. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2009. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012. RIO GRANDE DO SUL. Constituição federal e constituição estadual. 3. ed. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2010. SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2009.	

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Concepções de leitura: leitura crítica e compreensão dos vários gêneros textuais. Conceito relativos á produção textual. Estratégias de planejamento do texto escrito. Práticas de escrita de diversos gêneros textuais com predomínio de sequências textuais argumentativas e expositivas.	
Bibliografia Básica	
ABREU, A. S. Curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2005. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, {1985-2007- 2009}. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2002.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, M.M. de; ANDRADE, A.H. o texto e a construção dos sentidos. 9.ed. São Paulo: contexto, 2010. _____. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004. KOCH, I. V. A Coesão textual. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fechamento, resumos, resenhas. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2010. NADOLSKIS, H. Comunicação redacional atualizada. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.	

Componente Curricular: Contabilidade	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Função da Contabilidade. Campo de aplicação e Usuários da contabilidade. Estática e dinâmica patrimonial. Equação patrimonial. Conceito, origens e aplicações de recursos. Procedimentos contábeis. Contas, livros de escrituração, Relatórios. Demonstração do resultado do exercício. Conta de receitas e despesas. Apuração do resultado do exercício.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. Rio de Janeiro: Elsévier, 2006. PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política. São Paulo: Atlas, 2013. SANTOS, Clélio Saldanha. Introdução a Gestão Pública. 2.ed. Saraiva, 2006.	
Bibliografia Complementar	
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria geral da administração: uma abordagem da moderna administração das organizações. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. FERRER, Florência. Gestão Pública Eficiente. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.	

Componente Curricular: Empreendedorismo	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
História do empreendedorismo: conceitos, perfil do empreendedor. Desenvolvimento da capacidade empreendedora. Busca de oportunidades e iniciativa. Análise de risco. Busca de informações. Qualidade, eficiência e eficácia. Persistência e comprometimento. Tópicos atuais em empreendedorismo no setor público.	
Bibliografia Básica	
BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. DORNELAS,J. C. A. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. DRUCKER, P. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship). São Paulo: Cengage Learving, 2011.	
Bibliografia Complementar	
DOLABELA, F. O Segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Cultura, 2008. HASHIMOTO, M. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. KUAZAQUI, Edmir (Org.). Liderança e criatividade em negócios. São Paulo: Thomson, 2006. LOPES, Rose Mary A (Org). Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	

Componente Curricular: Economia e Desenvolvimento	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Introdução à economia e ao pensamento econômico. Conceitos básicos. Noções de Microeconomia: Teoria elementar do funcionamento do mercad. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica: medidas de atividade econômica, teoria da determinação da renda e do produto nacional. Introdução á teoria monetária e inflação. Setor externo: balanços de pagamentos e taxas de câmbio. Teorias de Desenvolvimento econômico. Desenvolvimento Local e Educação Ambiental.	
Bibliografia Básica	
VASCONCELOS, M.A.S. Economia: micro e macro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. JUNIOR TONETO, Rudinei (org.). Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. SOUZA, Neli de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
Bibliografia Complementar	
GREMAUD, Amaury Patrick et al. Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. HUNT, E. K . et al. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SINGER, Paul Israel. Curso de introdução a economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. VASCONCELOS, M.A.S. Fundamentos de economia: micro e macro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	

Componente Curricular: Estatística	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Natureza da observação estatística. Estruturação de tabelas. Séries estatísticas. Representações gráficas. Medidas de posição e de dispersão. Introdução ao cálculo de probabilidades. Principais propriedades do cálculo de probabilidades. Inferência estatística. Estimação estatística. Regressão linear simples e múltipla.	
Bibliografia Básica	
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MORETTIN, L. G. Estatística Básica: Probabilidade e inferência. São Paulo: Prentice Hall, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BISQUERA, Rafael. Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004. MEDEIROS, Valéria Zuma (coord.). Pré-Cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MORETIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SILVA, Ermes Medeiros. et al. Estatística para cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TRIOLA, Mário F. Introdução à Estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: LIC, 2011.	

Componente Curricular: Contabilidade Pública	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Conceito e divisão da Contabilidade Pública: campo de atuação, comparativo com a contabilidade empresarial. Orçamento público: conceito, princípios e técnica orçamentária. Estudo da receita pública e da despesa pública: Lei nº 4.320/64. O patrimônio público: estudo qualitativo e quantitativo. Teoria de Contabilidade Pública. Prática de elaboração de orçamento público. Plano de contas. Prática de escrituração em contabilidade pública. Balanço. Utilização de planilha eletrônica na realização de cálculos contábeis.	
Bibliografia Básica	
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
Bibliografia Complementar	
IUDÍCIBUS, S. de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, Hélio. Balanços públicos: teoria e prática. 2.ed.. São Paulo: Atlas. 2006. _____. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2009. MAUSS, Cézar Volnei. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança pública. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Metodologia Científica	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Tipos de Conhecimento. Produção do Conhecimento Científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa. Estrutura e organização dos gêneros acadêmico-científicos (artigo, relatório, projeto de pesquisa). Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na Pesquisa.	
Bibliografia Básica	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI M, de A. Metodologia do Trabalho Científico: projetos básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2009.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, Maria Margarida de. Metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J, LEHFELD, N.A. de S. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010. RICHARDSON, Robert Jarry et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.	

Componente Curricular: Direito Administrativo	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Regime Jurídico-Administrativo. Organização administrativa. Sistema Administrativo Brasileiro. Atividade administrativa. Atos administrativos. Administração Pública. Controle da Administração Pública. Administração Pública Brasileira. Responsabilidade da administração. Servidores. Agentes Públicos. Serviços Públicos. Fundações Públicas. Responsabilidade do Estado.	
Bibliografia Básica	
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. POMPEU, Cid Tomanik. Autorização administrativa. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	
Bibliografia Complementar	
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013. BRUM, Alfredo Bochi. A Vacatio Legis no Atual Ordenamento Jurídico Brasileiro. São Paulo: Nelpa, 2009. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. KNOPLOCK, Gustavo Mello. Manual de Direito Administrativo. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	

Componente Curricular: Estado e Sociedade	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Estado e sociedade civil: abordagens clássicas e contemporâneas. Concepção, funções e evolução do Estado Moderno. Estado de Bem-Estar Social e as novas funções do Estado. O sistema democrático representativo. Formação e configuração do modelo estatal brasileiro. Formas de organização da sociedade civil na contemporaneidade. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	
Bibliografia Básica	
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2012. LAGO, Benjamin Marcos. Curso de Sociologia e Política. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. WEFFORT, Francisco (org). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2008. Vol.1-2.	
Bibliografia Complementar	
CASTEL, Robert. As metamorfoses da gestão social: uma crônica do salário. 7.ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008. GONZAGA, Alvaro de Azevedo: DECICCO, Cláudio. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 4. ed. São Paulo :Revista dos Tribunais, 2012. MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. _____.Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009. SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice. 8.ed. São Paulo; Cortez, 2010.	

Componente Curricular: Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Historia das estratégias de intervenção no Brasil: pressupostos teóricos. A relação publico/privado na sociedade brasileira. Desequilíbrios ecossistêmicos urbanos e rurais. Ecodesenvolvimento e sustentabilidade socioambiental. Arranjos institucionais e políticas ambientais. Experiências regionais. Educação Ambiental.	
Bibliografia Básica	
CAMARGO, Ana Luíza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. PIMENTA, Handson Claudio Dias. Gestão ambiental. Curitiba: Livro Técnico, 2012.	
Bibliografia Complementar	
ANTUNES, Paulo Bessa. Direito ambiental. 13. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MEDAUAR, Odete (Org.). Coletânea de legislação ambiental; Constituição Federal. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2010. MIRRA, Alvaro Luiz Valery. Impacto Ambiental: Aspecto de Legislação Brasileira. 4.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008. VIEIRA, Jair Lot. Código de Águas: Agência Nacional de Águas, Recursos Hídricos e Legislação Complementar. São Paulo: EDIPRO, 2001.	

Componente Curricular: Gestão de Políticas Públicas	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
A relação Estado/Sociedade em diferentes perspectivas. A história da previdência social no Brasil. Políticas Públicas. Metodologias para aplicação das políticas Públicas. Empoderamento social. Governança e Governabilidade. As políticas sociais no Brasil.	
Bibliografia Básica	
DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. MATIAS-PEREIRA, Jose. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política. São Paulo: Atlas, 2013.	
Bibliografia Complementar	
BROSE, Markus José. Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo, 2001. CAULLIRAUX, Heitor (org). Gestão Pública e Reforma Administrativa: conceitos e casos. Rio de Janeiro: Lucena, 2004. LIMA, Paulo Daniel Barreto. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymarl, 2007. MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). Política de Gestão Pública Integrada. Rio de Janeiro: FGV, 2008	

Componente Curricular: Finanças e Orçamento Público	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Receita Pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extra-orçamentária, estágios de receita, restituição e anulação de receitas e dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificação econômica, despesa extra-orçamentária, classificação econômica, classificação funcional programática, codificação, licitação, estágios, liquidação e pagamento. Orçamento Público: conceito e evolução do orçamento público, princípios e técnicas orçamentária, plano de contas aplicado ao setor público, Prática de elaboração de orçamento público, ciclo orçamentário: Elaboração, Estudo e aprovação, Execução e Controle e avaliação, Orçamento por programa e Orçamento por base zero. PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual. Noções de Orçamento Participativo.	
Bibliografia Básica	
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012. IUDÍCIBUS, S.de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, Hélio. Balanços públicos: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006. MAUSS, Cézar Volnei. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia gobernamental. São Paulo: Atlas, 2008. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança pública. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Marketing no Setor Público	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Conceito de Marketing e sua evolução: Princípios e etapas. A óptica do Marketing na gestão. O Marketing mix. A aplicação do Marketing nos diversos tipos de organização. A teoria do Marketing público: A lógica do mercado e a Administração Pública. O Marketing mix público. Relações e diferenças do marketing público, com o marketing político e o marketing social. A procura dos bens e serviços públicos: O cidadão cliente. O estudo da procura e das necessidades sociais. O comportamento dos públicos. A avaliação da atuação pública. As estratégias de marketing a segmentação. O desenho dos programas.	
Bibliografia Básica	
BAUTZER, Deise. Marketing de cidades: construção de identidade, imagem e futuro. São Paulo: Atlas, 2010. DIAS, Sergio Roberto (Coord.). Gestão de marketing. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: Guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
Bibliografia Complementar	
COBRA, Marcos. Administração de Marketing. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011. KOTLER, Philip et al. Princípios de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2007. OLIVEIRA, Fátima Baymade.(org.). Política de gestão municipal integrada. Rio de Janeiro: FGV, 2008. PEREIRA, César A. Guimarães. Usuários de serviços públicos: usuários, consumidores e os aspectos econômicos dos serviços públicos . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. DIAS, S. R. e MATOS, F. Políticas públicas : princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.	

Componente Curricular: Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Patrimônio Público: definições e normas. Introdução à administração de materiais nas organizações públicas. Funções da administração de material. O sistema de administração de materiais e seus subsistemas de normalização: O controle, a aquisição e o armazenamento. As atribuições dos órgãos de patrimônio. O Sistema de administração de material. Dimensionamento da quantidade econômica de compras.	
Bibliografia Básica	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. KUMMER, Mauro José. Patrimônio Público, Materiais e Logística. Mato Grosso: Fundação Universidade do Mato Grosso, 2011. MARTINS, Fernando Rodrigues, Controle do patrimônio público. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	
Bibliografia Complementar	
BALLOU, R.H. Logística empresarial: transportes. Administração de materiais e distribuição. São Paulo: Atlas, 1993. BOTELHO, Milton Mendes. Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas /Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: MP, 2002. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARTINS, Petrônio Garcia. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3 . ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	

Componente Curricular: Qualidade na Gestão Pública	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Introdução à Gestão da Qualidade: histórico, evolução da qualidade na gestão pública, conceitos, faces da gestão da qualidade, vantagens. Gestão na qualidade no Serviço Público- (PQSP). Fundamentos e estratégias de atuação. Gestão governamental versus gestão organizacional. O ciclo de gestão pública. As áreas de atuação do PQSP: a mobilização para a melhoria e avaliação da gestão pública. Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9000) Modelo de excelência em Gestão Pública. Avaliação de resultados. Critérios e requisitos de avaliação.	
Bibliografia Básica	
BARBARÁ, Saulo. Gestão por Processos: Fundamentos, Técnicas e Modelos de Implementação. 2.ed. São Paulo: Qualitymarki, 2008. OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Org.). Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2005 e ISO 9000:2008. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012. PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
Bibliografia Complementar	
CARVALHO, Marly Monteiro de ; PALADINI, Edson P. (Coord.). Gestão da qualidade: teoria e casos. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LUCAS ,Luiz Paulo Velloso. Qualicidades: Poder local e qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: Qualimark, 2007. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. MATIAS-FERREIRA, José Martins. Curso de administração pública: foco nas instruções e ações governamentais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.	

Componente Curricular: Gestão de Serviços Públicos	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Novas estratégias de gestão de serviços públicos. Serviço Público e serviço de utilidade pública. Plano diretor. Gestão por resultados no serviço público. Características do serviço público. Tópicos especiais em serviços públicos.	
Bibliografia Básica	
ARAGÃO, Alexandre Santos. Direito dos Serviços Públicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. CORREA, Henrique L. Gestão de Serviços: lucratividade por meio de operações e da satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2009. GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2012.	
Bibliografia Complementar	
LIMA, Paulo Daniel Barreto. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. 7. ed. Rio de Janeiro: Qualitymarl, 2007. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. Entidades Prestadoras de Serviços Públicos: responsabilidade extracontratual. São Paulo: Atlas, 2003. PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2012. PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Usuários de Serviços Públicos: usuários, Consumidores e os Aspectos Econômicos. 2.ed. Porto Alegre: Saraiva, 2008.	

Componente Curricular: Gestão de Pessoas	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre

Ementa

As pessoas e as organizações: Gestão de pessoas no setor público. Os processos de Gestão de pessoas: Planejamento e desenvolvimento, abordagem estratégica da gestão de pessoas. Processo de agregar pessoas: recrutamento e seleção, descrição dos cargos e avaliação de desempenho. Processo de recompensar pessoas: Política de remuneração, programas de benefícios e incentivos. Processos de desenvolver pessoas: Treinamento, desenvolvimento, aprendizagem organizacional. Processos de manter pessoas: higiene e segurança no trabalho, qualidade de vida no trabalho. Processos de monitorar pessoas: Banco de dados, Gestão por competências, Assuntos emergentes da gestão de pessoas. Atendimento ao cidadão.

Bibliografia Básica

BOHLANDER, George W. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 4. ed. São Paulo: Atlas. 1999.
GIL, Antonio Carlos. Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

BOMFIN, David F. Pedagogia no treinamento: correntes pedagógicas no ambiente de aprendizagem nas organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. 7 . ed. São Paulo: Manole, 2011.
_____. Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho. São Paulo: Manole, 2008.
CHIAVENATO, Idalberto. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. 6. ed. São Paulo: Manole, 2009.
PONTES, B. R.. Administração de cargos e salários. 15. ed. São Paulo: LTR. 2011.

Componente Curricular: Contratos Administrativos e Licitações	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre

Ementa

A Lei – Importância e Necessidades (Finalidades e Importância) Objetivas, Finalidade e importância, Obediência X transgressão. Hierarquia da Lei. Tipos de Lei. A Lei de Licitações. Definição de licitação: preliminares, critérios prévios, interesse público, propostas, Porque licitar, Como comprar. A lei 8.666/93 e outras leis relacionadas as licitações. Tipos de licitações previstos na Lei 8.666/93. Planejamento (Deliberações do TCU, aquisição emergenciais). Modalidade de Licitação (as cinco modalidades: Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso e Leilão. Como são realizadas as Dispensas de licitações, Dispensabilidade e Inexigibilidade de licitação. Regime de Execução Indireta. O Edital: Registro cadastra. SICAF: Histórico, finalidade e regras de cadastramento. Comissão de Licitação. Comissão Permanente de Licitação e Comissão especial de Licitação: Atribuições, Composição, Responsabilidade dos membros. Habilitação dos Interessados. Exigências Dispensa de Habilitação. O Certificado de Registro Cadastral. Os custos: Edital e habilitação, Habilitação de Consórcio de Empresas. Procedimentos de Licitação: Abertura do Processo administrativo, Autorização e Recursos orçamentários, Documentos Juntados ao Processo, Documentos previamente examinados. Julgamento e Encerramento da Licitação. O Pregão: Objetivos, Introdução, Tipos de pregão, Fases.

Bibliografia Básica

BARROS, Wellington Pacheco. Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Atlas, 2009.
BONESSO, Allaymer Ronaldo. Manual de licitação e contrato administrativo. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
SANTOS, José Anacleto Abduch. Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Curitiba: Juruá, 2011.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. Licitação e contrato administrativo: estudos, pareceres e comentários. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Legislação sobre licitações e contratos administrativos. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2011.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
KNOPLOCK, Gustavo Mello. Manual de Direito Administrativo. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

Componente Curricular: Planejamento Estratégico na Gestão Pública	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre

Ementa

O Planejamento Estratégico: evolução do planejamento e o planejamento estratégico. Características e estrutura: Identificando oportunidades. Ferramentas do Planejamento Estratégico. Planejamento Estratégico de Cidades. Planejamento estratégico na gestão pública e a participação da sociedade. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública. Gestão inovadora. Controle Estratégico: BalancedScorecard.

Bibliografia Básica

ALMEIDA. Martinho I R. de. Manual de Planejamento Estratégico. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BAUTZER, Deise. Marketing de cidades: construção de identidade, imagem e futuro. São Paulo: Atlas, 2010.
REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócio. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto (et al) Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho de Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et. al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre

Ementa

Desenvolvimento de Trabalhos científicos na área de Gestão Pública, incluindo o trabalho de conclusão de curso (TCC). Formas de apresentação de trabalhos acadêmicos: resumos, atigos científicos. Apresentações orais e pôsteres de trabalhos científicos. Métodos de Pesquisa e intervenção em Gestão Pública. Elaboração do Projeto de TCC.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LAKATOS, E. M.; MARCONI M, de A. Metodologia do Trabalho Científico: projetos básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012.
SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BARROS, A. de J, LEHFELD, N.A. de S. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, {2006-2010}.
RICHARDSON, Robert Jarry et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular: Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Conceito de projeto. Ciclo dos projetos. Técnicas de elaboração de projetos. Identificação de demandas. Elaboração e encaminhamento de projetos. Fontes de financiamentos: recursos a fundo perdidos, linhas de crédito, financiamentos privados. Gerenciamento e monitoração de projetos. Avaliação de projetos e prestação de contas.	
Bibliografia Básica	
MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. VALERIANO, Dalton L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. São Paulo: Makron Books, 2008.	
Bibliografia Complementar	
ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2004. CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. VARGAS, Ricardo. Manual Prático do Plano de Projeto. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. WOILER, Sansão. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	

Componente Curricular: Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Controle interno e externo: objetos de abrangência, estrutura, fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial pública. Auditoria governamental. Planejamento de auditoria. Normas e procedimentos de auditoria. Relatórios de auditoria. Papeis de trabalho de auditoria.	
Bibliografia Básica	
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ROCHA, Arlindo Carvalho et al. Auditoria Governamental: Uma Abordagem Metodológica da Auditoria de Gestão. Curitiba: Juruá, 2011.	
Bibliografia Complementar	
IUDÍCIBUS, S. de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MAUSS, Cezar Volnei et al. Gestão de Custos Aplicado ao Setor Público. São Paulo: Atlas, 2008. PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 12 . ed. São Paulo: Atlas, 2012. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Ética Profissional	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa:	
Ética como área da filosofia. Fundamentos antropológicos e morais do comportamento humano. Tópicos de ética na História da Filosofia Ocidental: problemas e conceitos fundamentais da moralidade. Relações humanas na sociedade contemporânea: Intolerância e Educação para a diversidade; Educação em direitos humanos. Ética aplicada: Ética empresarial e Ética profissional. Código de ética profissional.	
Bibliografia Básica:	
GALLO, Sílvio (Coord.). Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia : Elementos para o Ensino da Filosofia. 20. ed. Campinas: Papirus, 2012. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.	
Bibliografia Complementar:	
BRASIL. [CÓDIGO]. Código de conduta da alta administração federal e normas complementares. 3. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 2007. BRASIL. [CÓDIGO]. Código de Conduta da Alta Administração Federal: normas complementares e legislação correlata. 4. ed. rev. e atul. Brasília: Imprensa Nacional, 2009. GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária . 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.	

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação de um professor do eixo de gestão e negócios ou de área correlata. Os temas serão escolhidos em comum acordo entre docente e discente e deverão estar alinhados às linhas de pesquisa do curso.	
Bibliografia Básica	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI M, de A. Metodologia do Trabalho Científico: projetos básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2009.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, Maria Margarida de. Metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J, LEHFELD, N.A. de S. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, {2006-2010}. RICHARDSON, Robert Jarry et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.	

4.16.2. Componentes curriculares eletivos

Componente Curricular: LIBRAS
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Legislação e inclusão. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais. Características da língua, seu uso e variações regionais. Fonoaudiologia da LIBRAS. Vocabulário básico para diálogo e conversação inicial. Alfabeto, numerais, dados de identificação, relações e parentescos, cumprimentos, pronomes e alguns verbos.
Bibliografia Básica
CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. São Paulo: Edusp, 2009. QUADROS, Ronice Muller et al. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SKILIAR, Carlos (org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e linguística. São Paulo: Mediação, 1992 – 2009.
Bibliografia Complementar
BORGES, Amélia Rota. Com a Palavra os Surdos: O que eles têm a dizer sobre a escola regular. Pelotas: UFPEL, 2004. BOTELHO, P. Segredos e silêncios na Educação dos surdos. Minas Gerais: autêntica, 1998. BRANDÃO, Flavia. Dicionário Ilustrado de Libras. São Paulo: Global, 2011. CAPOVILLA, Fernando Cesar et al. Dicionário Enciclopédia Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2008. HONORA, M;FRIZANCO, M. L. E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

Componente Curricular: Associativismo e Cooperativismo
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Contextualização e informação dos principais conhecimentos sobre as diferentes formas de organização, abrangendo o estudo do seu funcionamento, além dos princípios que devem estar contidos nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local sustentável e a estruturação das cadeias produtivas locais.
Bibliografia Básica
ABDALLA, M. O Princípio da Cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002. CARVALHO, N. V. de. Autogestão: o nascimento das ONGs. São Paulo: Brasiliense, 1995. DINIZ, Eloy Ferreira et.al. Como criar e administrar associações de produtores rurais: manual de orientação. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento. 1995.
Bibliografia Complementar
DORNELAS,J. C. A. Empreendedorismo, tornando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. FUKUYAMA, F. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. OLIVEIRA, S. L. de. Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. PINHO, D. B. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro. São Paulo: CNPq, 1982. RECH, Daniel T. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Gestão Pública
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Ementa variável de acordo com as tendências e práticas atuais na gestão pública. Evolução histórica no contexto econômico e social no Brasil. Atualidades sobre transparência. Qualidade no serviço público. Planejamento e aplicação na gestão pública.
Bibliografia Básica
ARAGÃO, Alexandre Santos. Direito dos Serviços Públicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. MATIAS-PEREIRA, Jose. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. SANTOS, José Anacleto Abduch. Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Curitiba: Juruá, 2011.
Bibliografia Complementar
BARBARÁ, Saulo. Gestão por Processos: Fundamentos, Técnicas e Modelos de Implementação. 2.ed. São Paulo: Qualitymarki, 2008. BARRETO, Paulo Daniel. A Excelência em Gestão Pública. São Paulo: Qualitymark, 2010. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. OLIVEIRA, Fátima Baymade.(org.). Política de gestão municipal integrada. Rio de Janeiro: FGV, 2008. PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política. São Paulo: Atlas, 2013.

Componente Curricular: Organização, Sistemas e Métodos
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Conceitos e aplicações. Perfil e qualificação do facilitador/agente de mudança. Tendências em OSM. Diagnóstico organizacional. Estrutura organizacional: conceitos, variáveis, tipos, evolução e tendências. Introdução à análise administrativa. Análise do Trabalho. Tratamento de método, técnicas e processo. Lay-out (burocrático). Manualização. Análise de organização - metodologia e prática. Noções de Ergonomia. Tempos e movimentos.
Bibliografia Básica
ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização e métodos: estudo integrado das novas tecnologias da informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Atlas, 2008. D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.
Bibliografia Complementar
BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informacão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011 CURY, A. Organização e Método: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2000 MANGANOTE, Edmilson J. T. Organização, sistemas e métodos. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Alínea, 2005 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2012 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011

5. Corpo docente e técnico administrativo em educação

5.1. Corpo Docente

Nº	Nome	Formação	Titulação
1	Alfredo Bochi Brum	Bacharel em Direito	Mestre em Direito
2	Alecson Milton Almeida dos Santos	Bacharel em Informática	Especialização à Distância em Informática na Educação Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos
3	Alex Marin	Bacharel em Ciência da Computação	Mestrado em Ciências em Engenharia de Sistemas e Computação
4	Ana Cláudia de Oliveira da Silva	LP Letras Relações Públicas	Mestrado em Letras – literaturas
5	Ana Maria Coden Silva	LP Matemática	Mestrado em Matemática
6	Antônio Carlos Minussi Righes	Administração	Mestrado em Engenharia da Produção – Gerencia de Produção
7	Bruno Milani (Doutorando)	Administração	Mestrado em Administração- Finanças
8	Cárla Callegaro Corrêa Kader	LP em Letras	Doutorado em Letras
10	Claudio Raimundo de Bastos Brasil (Mestrando)	Administração	Especialização em Marketing de Serviços
11	Cristiano Martins Vieira	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Empresarial
12	Cristina Dias Costa	LP em Filosofia	Mestrado em Filosofia
13	Daniel Boemo	Bacharel em Informática	Doutorado em Engenharia Agrícola – O desenvolvimento de tecnologias
14	Deivid Dutra de Oliveira	Bacharel em Ciências Contábeis	Mestrado em Ciências - Educação Agrícola
15	Eliana Zen	Bacharel em Ciência da Computação	Mestrado em Engenharia da Pordução – Tecnologia da Produção
16	Éric Tadiello Beltrão (Doutorando)	Bacharel em Ciência da Computação	Mestrado Geomática – Autuação no Processo de Vetorização de Áreas de Interesse e Buffer Variável sobre Imagens de Satélite
17	Estela Mari Piveta Pozzobon	LP em Matemática	Mestrado em Engª de Produção (Qualidade e Produtividade)
18	Evanir Teresinha Piccolo Carvalho (Doutoranda)	LP Letras/Português/Inglês	Mestrado em Educação – Educação Brasileira
19	Fabieli de Conti	Informática: Sistemas de Informação	Mestrado em Informática – Mineração de Dados no Moodle: Análise de Prazos de entrega de Atividades
20	Fernanda Mendes Furlan (Mestranda)	Administração	Especialização em PROEJA
21	Gustavo Feltrin Rossini	LP Matemática	Especialização em Finanças
22	Henrique Schetinger Filho (Doutorando)	Bacharel em Informática	Mestrado em Geomática – Tecnologia da Geoinformação
23	Henrique Tamiosso Machado	Informática: Sistemas da Informação	Mestrado em Neociências
24	Janete Teresinha Arnt	LP em Letras – Habilitação Inglês e respectivas literaturas	Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos

25	Jusseila de Fátima Stangherlin Oliveira	Ciências – Licenciatura Plena	Mestrado em Ciências no Domínio da Modelagem Matemática
26	Lísia Vencatto Lorenzoni	LP em Letras/Português/Inglês	Mestrado em Ciências – Educação Agrícola
27	Nestor Davino Santini	Física/Matemática Licenciatura Plena	Mestrado em Educação – Educação Brasileira
28	Rafaela Vendruscolo (Doutoranda)	Bacharel em Ciências Sociais/LP em Sociologia	Mestrado em Extensão Rural
29	Rodrigo Belmonte da Silva	Bacharel em Administração	Mestrado em Engenharia da Produção – Gerência de Produção
30	Rogério Cassanta Rosado	Bacharel em Informática Formação Pedagógica – Habilitação em Informática	Mestrado em Geomática –Tecnologia da Geoinformação
31	Rogério Luís Reolon Anése	Bacharel em Ciências Econômicas	Doutorado em Economia
32	Rosangela Segala de Souza	LP em Letras	Mestado em Letras
33	Silvania Faccin Colaço (Doutoranda)	LP em Letras/Português/Inglês e Respectivas Literaturas	Mestre em Linguística Aplicada
34	Simone Bochi Dorneles (Doutora)	Bacharel em Ciências Administrativas	Mestrado em Administração – Políticas e Gestão Institucional Doutorado em Desenvolvimento Rural
35	Wellington Furtado Santos (Doutorando)	Administração Formação Pedagógica – Educação Profissional	Mestre em Economia Empresarial
36	Aline Kempa Bonotto	LP em Matemática – Aperfeiçoamento	
38	Juliana Machado Borges	LP em Letras	Especialista
39	Ruan Carlo Bonilha Pozzebon	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Mestre
40	Gibsy Lisiê Soares Caporal	Administração	Mestre em Administração

5.1.1. Atribuições do Coordenador de Curso

A Coordenação do Curso Tecnologia em Gestão Pública tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições a assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso têm caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas anteriormente, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.1.2. Atribuições do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir à formação profissional adequada estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso. Avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias. Debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outras inerentes as atividades acadêmicas.

De igual modo, o Colegiado do Curso conta com a participação de todos os seguimentos que compõem o curso: docentes, discente e técnicos administrativos. A composição, normas de funcionamento e demais atribuições do colegiado de curso estão regulamentadas por meio de Instrução Normativa nº 05/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

5.1.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

Cada curso de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia - oferecido pelo Instituto Federal Farroupilha deverá constituir o Núcleo Docente Estruturante.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;

VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

VII - participar da realização da autoavaliação da instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;

VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O Núcleo Docente Estruturante está regulamentado por meio de Instrução Normativa n° 04/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino. Desse modo, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública será organizado tendo como base a comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e complementado com integrantes do corpo docente atuante no curso.

5.2. 5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Descrição			
Nº	**Cargo**	**Nome**	**Formação**
1	Administrador	Alex Rodrigo Brondani	Bacharelado em Administração
2	Administradora	Cláudia Adriana Legramante Delevati Bastos	MBA em Gestão de Recursos Humanos
3	Técnica em Assuntos Educacionais	Elisabete Trentin	Mestrado em Ensino de Ciências – Modalidade Física
4	Contador	Gilson Edo Alves Parodes	Especialização em Contabilidade e Administração Pública
5	Pedagoga/Supervisão Escolar	Itagiane Jost	Especialização em Educação Profissional
6	Assistente Social	Janete Cordeiro Lorenzoni	Especialização em Organização social
7	Técnico em Assuntos Educacionais	Jeane Marinez da Silveira	Licenciatura em Ciências LP
8	Auditor	Julio Cesar Peres Simi	Mestrado em Ciências – Educação Agrícola
9	Auditora	Karine Matuchevski Balzan	Mestrado em Engenharia da Produção – Gerencia de Produção
10	Bibliotecária	Laís Braga Costa – Bibliotecária	Superior em Biblioteconomia
11	Pedagoga/Supervisão	Lidiane Bolzan Druzian	Especialização em Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Administração Escolar - Área de Conhecimento: Educação.
12	Analista de Tecnologia da Informação	Maicon de Brito do Amarante	MestradoCiência da Computação
13	Contadora	Milene de Barros da Silva Frescura	Especialização em Contabilidade e Administração Pública
14	Pedagoga	Suélen da Silva Zuquetto	Cursando Especialização
15	Pedagogo/Supervisão Escolar	Taíse Tadielo Cezar Atarão	Especialização em Proeja, Cursando
16	Enfermeira	Tânia Dubou Hansel	Mestrado em Enfermagem
17	Técnico em Assuntos Educacionais	Tatiana Rosa da silva	Especialização em Orientação e supervisão Escolar
18	Assistente em Administração	André Luiz Turchiello de Oliveira	Especialização em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local
19	Assistente em Administração	Candida Maria Maciel dos Santos	Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
20	Assistente em Tecnologia da Informação	Charline Lunardi Fogliato	Superior em Tecnologia em Analise e Desenvolvimento de Sistemas
21	Assistente em Administração	Cristiane da Rosa Salvador	Superior Gestão Pública
22	Técnico em Tecnologia da Informação	Darvin Ames	Especialização em Governança e Melhores Práticas em TI.
23	Assistente em Administração	Enriete Cogo Dominguez	Especialização em MBA em Gestão de Recursos Humanos
24	Técnico em Tecnologia da Informação	Frederico Andres Bazana	Superior Bacharelado em Ciência da Computação
25	Assistente em Administração	Gabriel Adolfo Garcia	Bacharelado em Agronomia
26	Assistente em Administração	Gilliard Junior Carillo	Especialização em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local
27	Técnico em Contabilidade	Greice Lopes Maia	Especialização em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal

Descrição			
Nº	**Cargo**	**Nome**	**Formação**
28	Assistente em Administração	Helio Gelson Simon Fontana	Superior em Gestão Pública
29	Assistente de Alunos	Ilária DÁvila Pincolini	LP Matemática
30	Assistente em Administração	Irani Lourdes Bacin	MBA em Gestão de Recursos Humanos
31	Assistente em Administração	Jane Beatriz Charão Silveira Giriboni	Especialização em PROEJA
32	Assistente de Alunos	Jefferson Baier	Especialização em PROEJA
33	Assistente de Alunos	José Antonio Battaglin Ugulini	MBA em Gestão de Recursos Humanos
34	Assistente em Administração	José Luís Perlin	MBA em Gestão de Recursos Humanos
35	Assistente em Administração	Leonardo Simborski Dorneles	Especialização em Metodologia do Ensino da Ed. Física
36	Técnico em Arquivo	Magnus Verissimo de Oliveira Machado	Especialização em Gestão de Arquivos
37	Técnico em Contabilidade	Marcia Cristina Fernandes Cassol	Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica
38	Assistente em Administração	Margarete Dorneles Saucedo	MBA em Gestão de Recursos Humanos
39			
40	Assistente em Administração	Maria Nilma da Costa Atarão - Assistente em Administração	MBA em Gestão de Recursos Humanos
41	Assistente em Administração	Maria Regina da Silva Fernandes Assistente em Administração	MBA Gestão de Recursos Humanos.
42	Assistente em Administração	Mariane Rodrigues Volz de Aguiar	Superior em Gestão Pública
43	Assistente em Administração	Nadia Maria Covaleski Perlin	Dourado em Ciências – Educação Agrícola
44	Assistente em Administração	Rodrigo Nunes Peixoto	Especialização em Auditoria e Licenciamento Ambiental
45	Assistente em Administração	Sonia Rumpel Brum	Especialização em PROEJA
46	Auxiliar de Biblioteca	Tatiana Menezes da Silveira	Especialização e Psicopedagoga.
47	Técnico em Tecnologia da Informação	Bráulio Marques de Souza	Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Informática
48	Técnico em Secretariado	Clarisse Martins Valente	Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Secretariado
49	Assistente em Administração	Dalva Conceição Antunes Pillar	Superior em Gestão Pública
50	Técnico em Tecnologia da Informação	Denis Pohlmann Gonçalves	Superior em Tecnologia em Analise e Desenvolvimento de Sistemas
51	Técnico em Tecnologia da Informação	Eder Fernando Borba	Bacharelado em Ciência da Computação
52	Assistente em Administração	Élisson Covaleske	Gestão Pública
53	Assistente em Administração	Gustavo de Bacco Giacomelli	Agronomia Cursando.
54	Assistente em Administração	Gustavo Reis San Martin	Cursando Gestão Pública

5.3. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturam-se de modo permanente:

a) Formação Continuada de Docentes em Serviço;

b) Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;

c) Formação Continuada para o Setor Pedagógico;

d) Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

6. Instalações físicas

O Câmpus oferece aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha Câmpus São Vicente do Sul, operam com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso acervo que está organizado.

Desse modo, a Biblioteca opera com o sistema Pergamum que é um software especializado em gestão de bibliotecas, facilitando assim a gestão de informação, ajudando a rotina diária dos usuários da biblioteca. Há a possibilidade da renovação remota e da realização de buscas de materiais através de catálogo online disponível na página do câmpus.

Prestam-se os serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados. Além do mais, oferece orientação na organização de Trabalhos Acadêmicos (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento na página do câmpus.

Atualmente a Biblioteca conta com um acervo bibliográfico de aproximadamente 10 mil títulos e 17 mil exemplares. Possuímos 12 computadores com internet para acesso dos usuários, mesas de estudos em grupo, nichos para estudo individual, salas de estudo em grupo e espaço para leitura.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço Físico Geral			
Tipo de Utilização	**Relação de Bens Imóveis**	**Área do Imóvel (m2)**	**Área Total (m2)**
Área para Atividades Esportivas	Ginásio de Esportes Campo Futebol	2.477,00 10.000,00	12.477
Área de Atendimento Médico/ Odontológico	Centro de Saúde	48,00	48,00
Área de Alojamento para Estudantes	Alojamento para 80 estudantes Alojamento para 80 estudantes Alojamento para 80 estudantes	531,90 595,64 595,64	1.723,18
Área de Alojamento para Outros Usuários	Residência 632 Residência 634 Residência 636 Casa Fazenda	51,52 78,69 118,15 48,00	296,36
Área de Salas de Aulas Teóricas	Salas de aula Salas de aula (03)	797,14 445,88	1.243,02
Área de Laboratórios	Laboratórios e CRE	466,20	466,20
Área de Oficinas de Manut. Equip de Ensino	Oficina e Almoxarifado	146,60	146,60
Área de Bibliotecas	Biblioteca	432,75	432,75
Área de Apoio Pedagógico	Cozinha Refeitório e Coop. Sanitários e Vestiários Escritórios de Remates	701,98 130,00 129,62	961,60
Área de Serviços de Apoio	Serraria Marcenaria e Depósito Abrigo para Balança Sanitário Parque de Remates Galpão de Bovinos Galpão de Remates Galpão para Peões Reservatório Garagem Galpão para Festas Prédio Caldeira Galpão da Fazenda c/ abrigo	32,00 178,10 13,49 24,32 363,75 217,73 34,00 9,61 252,00 383,60 51,50 400,00	1.960,10
Área para atividades Administrativas	Administração	592,17	592,17
Área de Unidades Educativas de Produção (UEP)	Dependência para Agroindústria Agroindústria Pocilga Maternidade e Recria Pocilga Terminação Galpão de Ovinos Tambo Sala Ambiente Agri III Sala Ambiente Zootecnia II Sala Ambiente Agri I Sala Ambiente c/ dependAgri II Sala AmbEstábConf – Zoot III Aviário Postura p/ 1500 aves Abrigo p/ máquinas – Agri II Sala Ambiente Zootecnia I Aviário de Corte/2000 aves Abatedouro e sala de apicultura Mini Usina de Leite Pocilga Maternidade Abatedouro para Bovinos Banheiro para bovinos	60,88 260,84 129,85 210,05 73,56 78,20 86,62 97,96 97,78 275,36 459,24 112,86 517,00 97,78 238,55 147,11 84,15 279,95 246,50 75,00	3.112,24
Outras áreas construídas	Abrigo p/ máquinas Casa de Máquinas Pátio Coberto	517,00 12,85 282,50	812,35
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	24.271,57		

Laboratórios	Qtde.
Laboratório de Informática: sala com 35 computadores, ar condicionado, internet e projetor multimídia.	4

6.3. Áreas de esporte e convivência

Esporte e convivência	Qtde.
Ginásio de esportes com capacidade para 400 pessoas possuindo arquibancadas, 2 goleiras, 2 suportes e tabela para basquete, 1 sala de professor, 1 banheiro masculino e 1 banheiro feminino.	1
Campo de futebol	1
Centro de convivência exclusiva para os alunos, com capacidade para 200 estudantes, equipada com armários, televisão, jogos interativos, sofá, ar condicionado, banheiro/vestiário masculino e banheiro/ vestiário feminino.	1
Núcleo de Tradições Gaúchas (NTG) com capacidade para 200 pessoas, equipado com ar condicionado, mesas, cadeiras, banheiro masculino e feminino e sala administrativa.	1

6.4. Áreas de atendimento ao discente

	Qtde.
Ambulatório	1
Consultório odontológico	1
Consultório médico	1
Sala de atendimento psicopedagógico	1
Sala do CAE	1
Sala da Coordenação	1
Sala do NAPNE	1

7. Referências

ANTUNES, Celso. A Avaliação da Aprendizagem Escolar. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepções e diretrizes. Brasil, 2008.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH -3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

_____. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

_____. Resolução nº 04, de 22 de fevereiro de 2010: Define

_____. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

_____.Resolução nº 13, de 28 de maio de 2014: Define as Diretrizes Curriculares Institucionais da Organização Didático-Pedagógica para os Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

BRASIL. Decreto Lei n. 9394/96, LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Orientação para o desenvolvimento do PPP.
nacional.

BRASIL. Decreto lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC n° 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União,

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. Parecer CNS/CNE 0134/2003.

FEE - Fundação de Economia e Estatística, 2008. Disponível em: <http:// www.fee.tche.br>. Acesso em maio de 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<http:// www.ibge.gov.br>. Acesso em junho de 2011.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, SVS. Ata n. 38 Resolução do Conselho Diretor n. 23/2008, de 14/11/2008.

MANFREDI, Silvia. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC/Secretaria da Educação Superior. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFarroupilha-SVS, foi elaborado de acordo com os parecer CNE/CES 436/2001 e 22/05/2002 do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares de Cursos da Área de Gestão. PARECER CNE/CES nº: 239/2008. Dispões sobre o desenvolvimento e integralização da carga horária de atividades complementares.

PERRENOUD, Philipp. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. Dez Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

PORTARIA Nº 10, de 28 de julho de 2006, Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

RESENDE, Enio. O livro das competências – desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade. Qualitymark. Rio de Janeiro, 2000.

RESOLUÇÃO CONSELHO SUPERIOR. nº 48/2010, de 08 de outubro de 2010). Dispõe sobre as Atividades Complementares de Graduação dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul.

RESOLUÇÃO Nº 01, de 17 de junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

RODRIGUES, Zuleide Blanco. Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica. Disponível em: HTTP://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao-artigo.asp?artigo=artigo0056.. Acesso em: junho de 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão escolar, desafios a enfrenta. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

8. Anexos

Ata 38:
Resolução n. 23 – CD – de 14/11/2008

45

Técnico-Administrativos em Educação do CEFET-SVS". O professor Luiz Fernando relatou a normativa aos presentes, procedendo às explicações necessárias. O programa foi aprovado por unanimidade. Foi, então, apresentada a nova constituição do Conselho Diretor, tendo sido a mesma aprovada, incluindo os Diretores Sistêmicos como membros efetivos do Conselho, de forma a atender os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Nadia Maria Soralski Perlin, Secretária do Conselho, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, foi assinada por mim e demais presentes.

Ata nº 38

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às catorze horas, na sala de reuniões da Direção Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - RS, reuniram-se os membros do Conselho Diretor da Instituição para realização da terceira reunião extraordinária do exercício. A pauta da reunião foi a seguinte: Apreciação do Regulamento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS; Apreciação do Plano do Curso de Licenciatura em Matemática; apreciação do Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; apreciação do Plano do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas; apreciação da reformulação

curricular do Plano de Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; apreciação de mudança da Grade Curricular do Curso Tecnólogo em ADS e assuntos gerais. Fizeram-se presentes em primeira chamada os seguintes conselheiros: Carlos Alberto Pinto da Rosa, Presidente; Pedro Chaves da Rocha, Carlos Fizzo, Heelenésio Borges Cabral, Waldir Rumpel, Nestor Dacimo Santini e os novos conselheiros que são João Raimundo Cruz da Cruz, Maria Cristina Moro e Leoni Machado Martins. O Presidente do Conselho abriu a reunião saudando a todos os presentes dando boas vindas e da importância que eles representam em nossa Instituição. Foi dada a posse aos novos conselheiros, dando continuidade o presidente elencou a primeira pauta com a Reformulação Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas apresentada pelo professor Henrique Schetinger Filho, que estem coordenando os trabalhos da comissão encarregada da referida reformulação juntamente com os demais professores e a diretoria de educação, digo, ensino; após a apresentação e os esclarecimentos colocada em apreciação foi aprovada, passando para a segunda pauta que é a apresentação do Plano de Curso de Licenciatura em Matemática para a UNED de Júlio de Castilhos apresentada pela professora Russila Stanguerlin de Oliveira e o Prof. Paulo, coordenador de ensino da UNED-JC, que coordenaram os trabalhos de criação do curso. O presidente abre espaço para perguntas e esclarecimentos após é colocada em votação a pauta, a qual foi aprovado. Aberta a terceira pauta que é a apreciação do Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, apresentado pela professora, coordenadora

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

curricular do Plano de Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, apreciação de mudança da Grade Curricular do Curso Tecnólogo em ADS e assuntos gerais. Fizeram-se presentes em primeira chamada os seguintes conselheiros: Carlos Alberto Pinto da Rosa, Presidente; Pedro Chaves da Rocha, Carlos Fizzo, Heelenésio Borges Cabral, Waldir Rumpel, Nestor Darino Santini e os novos conselheiros que são João Raimundo Cruz da Cruz, Maria Cristina Moro e Leoni Machado Martins. O Presidente do Conselho abriu a reunião saudando a todos os presentes dando boas vindas e da importância que eles representam em nossa Instituição. Foi dada a posse aos novos conselheiros, dando continuidade o presidente elencou a primeira pauta com a Reformulação Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas apresentada pelo professor Henrique Schetinger Filho, que esteve coordenando os trabalhos da comissão encarregada da referida reformulação juntamente com os alunos, professores e a diretoria de educação, digo, ensino; após a apresentação e os esclarecimentos colocada em apreciação foi aprovada, passando para a segunda pauta que é a apresentação do Plano de Curso de Licenciatura em Matemática para a UNED de Júlio de Castilhos, apresentada pela professora Musseila Stanguerlin de Oliveira e o Prof. Paulo, coordenador de ensino da UNED-JC, que coordenaram os trabalhos de criação do curso. O Presidente abre espaço para perguntas e esclarecimentos após é colocada em votação a pauta, a qual foi aprovado. Aberta a terceira pauta que é a apreciação do Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, apresentado pela professora, coordenadora

de Graduação e Pós Graduação do CEFET, professora Simone Bochi Dornelles que apresenta a criação do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas que foi coordenado pela professora Simone Franzin e Neiva Buler, após discussões e esclarecimentos foi colocada em apreciação, o qual foi aprovado, passando a seguir o Curso ~~de~~ Superior de Tecnologia em Gestão Pública também apresentado e defendido pela professora Simone Dornelles, que após explanado foi colocado em votação foi aprovado, logo o Diretor do Conselho leva à mesa a quinta pauta que é a apreciação do Regulamento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS, que será apresentada pelo servidor Jeferson Baier que após a explanação foi colocada em votação que foi aprovada, sendo neste momento colocada a sexta e última pauta que são os assuntos gerais, neste momento o Presidente do Conselho falou sobre a criação do Instituto Farroupilha, aprovado na câmara e vai para o senado, convidou aos conselheiros para um almoço no CEFET em comemoração ao aniversário de nossa Instituição e ao jantar de confraternização com os servidores que acontecerá dia 12 dezembro; divulgação do processo seletivo para ingresso de alunos; foi falado das obras de instalação das UNEDs de Santa Rosa e Panambi, e na UNED de Júlio de Castilhos está ocorrendo normalmente nas suas atividades; serviço de vigilância armada que foi contratada pelo CEFET, fazendo abordagem aos visitantes do CEFET. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Para tratar, digo, constar, eu Sonia Rumpel Bruun, secretária do Conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais presentes. Bruun Rumpel

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

Ata nº 39

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às catorze horas, na Sala de Reuniões do Gabinete do Diretor Geral do CEFET de São Vicente do Sul, RS, reuniram-se os membros do Conselho Diretor, por convocação do Presidente, para a quarta reunião ordinária do corrente exercício. As pautas a serem apreciadas foram as seguintes: Plano Anual de Auditoria Interna - 2009; Plano de Curso Técnico em Agropecuária Subsequente (UNED/SC); Plano de Curso - Pós-Graduação em Gestão Ambiental (UNED/SC); Plano de Curso - Pós-Graduação em Gestão Escolar (UNED/SC); Reformulações: Plano de curso Técnico em Informática; Plano de Curso Técnico em Secretariado; Plano de Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Plano de Curso Técnico em Informática - PROEJA. Regulamento do Estágio Supervisionado dos Cursos Superiores; Regulamento do Estágio Curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio; assuntos gerais. Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros: Carlos Alberto Pinto da Rosa - Presidente; Valdir Roche Rumpel, Antônio Vicente Ávila da Silveira; Leoni Machado Martins; Helenísio Borges Cabral; Maria Cristina Moro; João Raimundo Cruz da Cruz; Célio Trois, elector Devino Santini e Carla Jardim. A reunião teve início às catorze horas e vinte minutos, quando o Presidente agradeceu a presença de todos, convidando o Auditor Interno, Julio César Peres Simi, para realizar a apresentação da primeira pauta dos trabalhos, referente ao Plano Anual de Auditoria/2009. Foi colocado aos presentes que a CGU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL

RESOLUÇÃO – AD REFERENDUM N° 16/2011

Autoriza a Pró-Reitoria de Ensino a realizar adequações dos Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS

O Reitor Pro *Tempore* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - AUTORIZAR a Pró-Reitoria de Ensino, por meio de sua Assessoria Pedagógica e Diretorias de Ensino dos *Campi* do Instituto Federal farroupilha, a adequar os Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do IF FARROUPILHA.

Art. 2° As adequações que serão realizadas, nos Projetos Pedagógicos de Curso, não implicarão em mudanças no perfil profissional e na matriz curricular, já aprovados pelo Conselho Superior e referem-se aos seguintes itens:

Capa – adequação às diretrizes institucionais;
Sumário – adequação às diretrizes institucionais;
Justificativa - adequação às diretrizes institucionais;
Detalhamento - adequação às diretrizes institucionais;
Requisitos de Acesso - adequação às diretrizes institucionais;
Prática Profissional Integrada – sem alteração do número de horas;
Estágio Curricular – sem alteração do número de horas;
Trabalho de Conclusão de Curso – sem alteração do número de horas;
Práticas Interdisciplinares – sem alteração do número de horas;
Atividades Complementares – sem alteração do número de horas;
Ementário – melhoria da apresentação e correções na linguagem;
Critérios e Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem - adequação às diretrizes institucionais;
Critérios de Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais anteriormente Desenvolvidas - adequação às diretrizes institucionais;
Instalações, Equipamentos, Recursos Tecnológicos e Biblioteca – atualização de dados;
Pessoal Docente e Técnico – atualização de dados;
Expedição de Diploma e Certificados – adequação às diretrizes institucionais.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 20 de abril de 2011.

Carlos Alberto Pinto da Rosa
REITOR PRO TEMPORE
Port. MEC 48/2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Homologada pelo Conselho Superior na Reunião Ordinária do dia 02 de maio de 2011, Ata nº 03/2011

Carlos Alberto Bittuda da Rosa
PRESIDENTE

CONSELHEIROS:

Alexandre Nunes Motta de Souza
Alexandra dos Anjos Cunha
Mariane Rodrigues Voiz
Crescêncio Olegário R. de Medeiros
Ênio Hubert Tatsch
Lérida Flávio Faranelo
Luiz Antônio Rocha Barcellos
Luiz Fernando Rosado Costa

Luciane da Costa Barzotto
Andressa do Couto Vieira
Eva Eunice Melo Rodrigues
José Valdeiar da Silva Gomes
Elvio Rosa dos Santos
Delcimar Gonçalves Borin
Roberto Trevisan
Adriano Arriel Saquet
Cláudio Adalberto Koller

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 040/2013

Homologada pelo Conselho Superior na 1ª Reunião Especial do dia 20 de junho de 2013, Ata nº 06/2013, que referenda a Resolução *Ad Referendum* Nº 62/2012.

Carla Comerlato Jardim
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro
Jaubert de Castro Menchik
Maidi Jähn Karnikowski
Tainan Massotti de Lima
Débora Letícia de Andrade
Crescêncio Olegário Ramagem Medeiros
Darci Roberto Schneid

Bento Alvenir Dornelles de Lima
Antônio Cândido Silva da Silva
Gabriel Adolfo Garcia
Jovam Patias
Rodrigo de Siqueira Martins
Jacimar Facco
Liege Camargo da Costa

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Ana Rita Kraemer da Fontoura

Ana Paula da Silveira Ribeiro NC

Marcelo Éder Lamb

Francisco Emílio Manteze NC

Delcimar Gonçalves Borim

Gisela Pereira Alves NC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

RESOLUÇÃO *Ad Referendum* Nº 62/2012

Aprova a reformulação no Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos desta Resolução, as adequações Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o PPC aprovado:

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Tipo: Curso Superior de Tecnologia
Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública
Modalidade: Presencial
Endereço: Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do localizado a Rua 20 de Setembro, s/n, Santo Vicente do Sul/RS.
Turno de funcionamento: Noturno
Número de vagas autorizadas: 40
Carga horária mínima total: 1980 horas
Duração do curso: 6 semestres

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Santa Maria, 07 de dezembro de 2012.

Carla Comerlato Jardim

Carla Comerlato Jardim

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

PORTARIA N° 47 DE 23 de janeiro de 2015.

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de Agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de Janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2° Nos termos do art. 10, §7°, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201204070	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO	AVENIDA JOÃO BATISTA RIBEIRO, 4000, DISTRITO INDUSTRIAL, UBERABA/MG
2	201306227	CIêNCIA DA RELIGIãO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA UFJF	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, UFJF, SÃO PEDRO, JUIZ DE FORA/MG
3	201306298	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	RUA BARÃO DE CAMAÇARI, 118, CENTRO, CATU/BA
4	201306225	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA	RUA PROFESSOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 5.300, CONECTORA 5, CAMPO COMPRIDO, CURITIBA/PR
5	200903495	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA PROFESSOR JOSÉ DIVINO, 115, CENTRO, BAEPENDI/MG
6	20078082	RECURSOS HUMANOS ESTRATÉGICOS (Sequencial)	200 (duzentas)	FACULDADE ALAGOANA DE ADMINISTRAÇÃO	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS-AESA	RUA DOUTOR MESSIAS GUSMÃO, 211, PAJUÇARA, MACEIÓ/AL
7	201307245	GEOGRAFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	AVENIDA SANTA CRUZ, 1631, REALENGO, RIO DE JANEIRO/RJ
8	201306185	MATEMÁTICA (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA NELSI RIBAS FRITSCH, 1111, ESPERANÇA, IBIRUBÁ/RS
9	200903673	FARMÁCIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NELÍCIO CORDEIRO, S/N, ISRAEL PINHEIRO, NANUQUE/MG
10	201306231	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	70 (setenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RUA 20 DE SETEMBRO, S/N, S/N, SÃO VICENTE DO SUL/RS
11	200912911	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA AMADOR BUENO, 389/491, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
12	201209844	EDUCAÇÃO INTERCULTURAL - CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
13	201305940	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	25 (vinte e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RODOVIA RS 377 - KM 27, S/N, 2º DISTRITO PASSO NOVO , ZONA RURAL, ALEGRETE/RS
14	201205003	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA DE PERNAMBUCO	SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA CAXANGÁ, 4.477, IPUTINGA, RECIFE/PE
15	201210702	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 300, VILA MATHIAS, SANTOS/SP

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

N.º de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
16	201305870	BIOMEDICINA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6627, PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG
17	201306325	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FUNDACAO JOSE AUGUSTO VIEIRA	PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA, 40, CIDADE NOVA, LAGARTO/SE
18	201305955	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, 5080 - LADO PAR, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
19	201305778	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	AVENIDA SERRA DA PIEDADE, 351, CONJUNTO MORADA DA SERRA, SABARÁ/MG
20	201305730	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA	AV. TENENTE RAIMUNDO ROCHA, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, JUAZEIRO DO NORTE/CE
21	201210579	MÚSICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	AVENIDA FREDERICO SEGALLA, 3099, CENTRO DE ARTES E ARQUITETURA, SAMUARA, CAXIAS DO SUL/RS
22	201206119	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA	RUA CESÁRIO GALERO, 474, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
23	201209932	EDUCAÇÃO INTERCULTURAL - CIÊNCIAS DA CULTURA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
24	201305771	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	RODOVIA BR 407, KM 12, 543, PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO, C1, PETROLINA/PE
25	201306523	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	RUA ORFANOTRÓFIO, 555, ALTO TERESÓPOLIS, PORTO ALEGRE/RS
26	201307093	QUÍMICA (Licenciatura)	18 (dezoito)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - IFSul	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - RS	AV. ILDELFONSO SIMÕES LOPES, 2791, ARCO ÍRIS, PELOTAS/RS
27	201107750	VISAGISMO E TERAPIA CAPILAR (Sequencial)	320 (trezentas e vinte)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	RUA DR. ALMEIDA LIMA, 1124 E 1134, CENTRO, BRÁS, SÃO PAULO/SP
28	201208107	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	90 (noventa)	ESCOLA SUPERIOR NACIONAL DE SEGUROS DE SÃO PAULO	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS FUNENSEG	AVENIDA PAULISTA, 2.421, 1º ANDAR, CERQUEIRA CESAR, SÃO PAULO/SP

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

N.º de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
29	201116186	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	RUA MAESTRO IRINEU SACRAMENTO, 11, QUARTEIRÃO LEITE ALVES, CENTRO, CACHOEIRA/BA
30	201306084	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE MOGIANA DO ESTADO DE SÃO PAULO	ASSOCIACAO MOGIANA PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	AVENIDA PADRE JAIME, 2600, CENTRO, MOGI GUAÇU/SP

Portaria nº 47, de 23 de janeiro de 2015

Resolução n. 62 de 07/12/2012 – homologada pela Resolução CONSUP nº40 de 20/06/2013

Nº 65, terça-feira, 4 de abril de 2017 **Diário Oficial da União - Seção 1** *ISSN 1677-7042* 117

495	201706874	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnologico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE AMERICANA(1182)	ASSOCIACAO CAMPINEIRA DE ENSINO SUPERIOR E CULTURA	RUA DO CARPINTEIRO, 240 E 270 JARDIM WERNER PLAAS, AMERICANA, SP
496	201706875	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE CUIABA(3648)	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA 1, QUADRA 04, 107 JARDIM ALENCASTRO, CUIABA, MT
497	201706876	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA(191)	ASSOCIACAO INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE	RUA DONA LEOPOLDINA, 912 CENTRO, FORTALEZA, CE
498	201706877	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU(2086)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IGUAÇU	AVENIDA PARANÁ, 3.695 JARDIM CENTRAL, FOZ DO IGUAÇU, PR
499	201706878	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU(2086)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IGUAÇU	AVENIDA PARANÁ, 3.695 JARDIM CENTRAL, FOZ DO IGUAÇU, PR
500	201706879	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE GARCA(1353)	UNIESP S.A	RUA AMERICA, 281 LABIENOPOLIS, GARÇA, SP
501	201706880	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ITAPIRA(1434)	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAMPINAS	AVENIDA RIO BRANCO, 99 CENTRO, ITAPIRA, SP
502	201706881	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ITAPIRA(1434)	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAMPINAS	AVENIDA RIO BRANCO, 99 CENTRO, ITAPIRA, SP

PORTARIA Nº 271, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 03, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto na Nota Técnica nº 13/2017/CGARCES/DIREG/SERES/MEC, publicada em 14 de março de 2017, e nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº	E-MEC	CURSO/GRAU	Nº VAGAS TOTAIS ANUAIS	IES	MANTENEDORA	ENDEREÇO
1	201706882	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL(1939)	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290 CENTRO, LONDRINA, PR
2	201706883	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnologico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL(1939)	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290 CENTRO, LONDRINA, PR
3	201706884	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL(1939)	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290 CENTRO, LONDRINA, PR
4	201706885	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL(1939)	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290 CENTRO, LONDRINA, PR
5	201706886	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO(3776)	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	RUA OSWALDO DA SILVA CORREIA, 621 SANTA MARTA, CUIABA, MT
6	201706887	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA(2566)	ASSOCIACAO PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR - APESU	AV.SIGISMUNDO GONÇALVES,, 375 CARMO, OLINDA, PE
7	201706888	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE(1703)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40 CENTRO, RIO VERDE, GO
8	201706889	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE(1703)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40 CENTRO, RIO VERDE, GO
9	201706890	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE(1703)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40 CENTRO, RIO VERDE, GO
10	201706891	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE(1703)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40 CENTRO, RIO VERDE, GO
11	201706892	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE(1703)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40 CENTRO, RIO VERDE, GO
12	201706893	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RONDONIA(1540)	FUNDACAO ASSISTENCIAL E EDUCATIVA CRISTA DE ARIQUEMES	AVENIDA CAPITAO SILVIO, 2738 SETOR DAS GRANDES ÁREAS, ARIQUEMES, RO
13	201706894	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RONDONIA(1540)	FUNDACAO ASSISTENCIAL E EDUCATIVA CRISTA DE ARIQUEMES	AVENIDA CAPITAO SILVIO, 2738 SETOR DAS GRANDES ÁREAS, ARIQUEMES, RO
14	201706895	CIÊNCIAS CONTABEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA(1656)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI-AESPI	RUA GOVERNADOR JOCA PIRES, 1.000 FÁTIMA, TERESINA, PI
15	201706896	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA(1656)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI-AESPI	RUA GOVERNADOR JOCA PIRES, 1.000 FÁTIMA, TERESINA, PI
16	201706897	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA(1656)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI-AESPI	RUA GOVERNADOR JOCA PIRES, 1.000 FÁTIMA, TERESINA, PI
17	201706898	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnologico)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE(1226)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE LTDA	BR 364, KM 2, ALAMEDA HUNGRIA, 200 JARDIM EUROPA II, RIO BRANCO, AC
18	201706899	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHAO(2724)	UNISULMA- UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO LTDA - ME	RUA SÃO PEDRO, S/N NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ, MA
19	201706900	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	900 (novecentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO AVANÇADA DE VITÓRIA(1498)	ASSOCIACAO VITORIANA DE ENSINO SUPERIOR-AVIES	AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, 1.800 VERMELHO, VITÓRIA, ES
20	201706901	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO(1931)	H. M. SIMOES CARNEIRO - ME	AVENIDA 14, QUADRA 02, LOTES Nº 17, 18, 39 E 40, RECANTO MAIÕBÃO, PAÇO DO LUMIAR, MA
21	201706902	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	280 (duzentas e oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI(1049)	FUCAPI FUND CENTRO DE ANÁLISE PESQ E INOV TECNOLÓGICA	AVENIDA GOVERNADOR DANILO DE MATOS AREOSA, 381 DISTRITO INDUSTRIAL, MANAUS, AM
22	201706903	DESIGN (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI(1049)	FUCAPI FUND CENTRO DE ANÁLISE PESQ E INOV TECNOLÓGICA	AVENIDA GOVERNADOR DANILO DE MATOS AREOSA, 381 DISTRITO INDUSTRIAL, MANAUS, AM
23	201706904	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR INTEGRADO(5394)	FUNDACAO EDUCACIONAL NORDESTE MINEIRO	RUA TEODOLINDO PEREIRA, 111 GRÃO PARÁ, TEÓFILO OTONI, MG
24	201706905	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES(1599)	IPTAN- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES LTDA	AVENIDA LEITE DE CASTRO, 1.101 FABRICAS, SÃO JOÃO DEL REI, MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017040400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 65, terça-feira, 4 de abril de 2017 **Diário Oficial da União - Seção 1** *ISSN 1677-7042* 119

59	201706940	GASTRONOMIA (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ(1820)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	AV. PEDRO FREITAS, 1020 SÃO PEDRO, TERESINA, PI
60	201706941	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ(1820)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	PRAÇA DA LIBERDADE, 1597 CENTRO, TERESINA, PI
61	201706942	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA DOMINGOS ZANELLA, 104 TRES VENDAS, ERECHIM, RS
62	201706943	LOGÍSTICA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	AVENIDA OSVALDO ARANHA, 540 JUVENTUDE, BENTO GONÇALVES, RS
63	201706944	MARKETING (Tecnológico)	50 (cinquenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA DOMINGOS ZANELLA, 104 TRES VENDAS, ERECHIM, RS
64	201706945	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	AVENIDA SANTOS DUMONT, 2127 ALBATROZ, OSORIO, RS
65	201706946	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	AVENIDA SÃO VICENTE, 785 CINQUENTENARIO, FARROUPILHA, RS
66	201706947	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA PRINCESA ISABEL, 60 VILA RICA, FELIZ, RS
67	201706948	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL(601)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA CEL. VICENTE Nº 281 CENTRO, PORTO ALEGRE, RS
68	201706949	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS(3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	AVENIDA MONTEIRO DE CASTRO, S/N BARRA, MURIAÉ, MG
69	201706950	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS(3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	AVENIDA DOUTOR JOSÉ SEBASTIÃO DA PAIXÃO, S/N LINDO VALE, RIO POMBA, MG
70	201706951	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS(3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	RUA MONSENHOR JOSÉ AUGUSTO, 204 SÃO JOSÉ, BARBACENA, MG
71	201706952	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS(3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	AVENIDA MONTEIRO DE CASTRO, S/N BARRA, MURIAÉ, MG
72	201706953	LOGÍSTICA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS(3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	RUA AMÉRICO DAVIM FILHO, S/Nº VILA SÃO PAULO (FABRICAS), SÃO JOÃO DEL REI, MG
73	201706954	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS(4786)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS, 480 POVOADO DE SANTANA, PARAÍSO DO TOCANTINS, TO
74	201706955	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS(4786)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	AVENIDA TOCANTINS, S/N LOTEAMENTO MÃE DEDÉ, PORTO NACIONAL, TO
75	201706956	LOGÍSTICA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO(3165)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	RUA BLANCHE GALASSI, 150 ALTAMIRA, UBERLÂNDIA, MG
76	201706957	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	70 (setenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA(4098)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RUA 20 DE SETEMBRO, 2616 S/N, SÃO VICENTE DO SUL, RS
77	201706958	DESIGN (Bacharelado)	66 (sessenta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - IFSUL(1578)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - RS	PRAÇA VINTE DE SETEMBRO, 455 CENTRO, PELOTAS, RS
78	201706959	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	INSTITUTO ITAPETININGANO DE ENSINO SUPERIOR(1219)	CENTRO INT DE ESTUDOS SUP PESQ E TECNOLOGIA-CIESPT	RUA IZOLINA DE MORAIS ROSA, 727 VILA NASTRI, ITAPETININGA, SP
79	201706960	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA(1426)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	AVENIDA BEIRA RIO, 1001 NOVA AURORA, ITUMBIARA, GO
80	201706961	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA(1426)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	AVENIDA BEIRA RIO, 1001 NOVA AURORA, ITUMBIARA, GO
81	201706962	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA(1426)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	AVENIDA BEIRA RIO, 1001 NOVA AURORA, ITUMBIARA, GO
82	201706963	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBIARA(1426)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	AVENIDA BEIRA RIO, 1001 NOVA AURORA, ITUMBIARA, GO
83	201706964	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO(1738)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	RUA JOÃO GOULART, 666 MATO GROSSO, PORTO VELHO, RO
84	201706965	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO(1738)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	RUA JOÃO GOULART, 666 MATO GROSSO, PORTO VELHO, RO
85	201706966	PSICOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO MACAPAENSE DE ENSINO SUPERIOR(2469)	INSTITUTO MACAPAENSE DE ENSINO SUPERIOR S.S LTDA - ME	RUA JOVINO DINOÁ, 2085 CENTRO, MACAPÁ, AP
86	201706967	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO MACHADENSE DE ENSINO SUPERIOR(1786)	FUNDACAO MACHADENSE DE COMUNICACAO	AVENIDA FILHAS DE SANT ANA - ROD. BR. 267 - KM 03, S/Nº DISTRITO INDUSTRIAL, MACHADO, MG
87	201706968	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO MACHADENSE DE ENSINO SUPERIOR(1786)	FUNDACAO MACHADENSE DE COMUNICACAO	AVENIDA FILHAS DE SANT ANA - ROD. BR. 267 - KM 03, S/Nº DISTRITO INDUSTRIAL, MACHADO, MG
88	201706969	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS(19512)	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO & GESTAO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1.889 CENTRO, ARAGUARI, MG
89	201706970	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR(1391)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE JAU LTDA	AVENIDA TIRADENTES, 629 CENTRO, MATÃO, SP
90	201706971	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	850 (oitocentas e cinquenta)	INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO(1462)	ASSOCIACAO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	RUA AFONSO BARBOSA, 2011 JARDIM MARIZÓPOLIS, JOÃO PESSOA, PB
91	201706972	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO(1462)	ASSOCIACAO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	RUA AFONSO BARBOSA, 2011 JARDIM MARIZÓPOLIS, JOÃO PESSOA, PB
92	201706973	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO(2177)	FASE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	RUA EUCLIDES DA CUNHA, 390 CENTRO, OSASCO, SP
93	201706974	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO(2177)	FASE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	RUA EUCLIDES DA CUNHA, 390 CENTRO, OSASCO, SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017040400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

São Vicente do Sul - RS – 2015

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1° - O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o qual deve ser de conhecimento de todos os envolvidos – estudantes, professores e orientadores.

Art. 2° - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo o desenvolvimento da prática de pesquisa, extensão e/ou inovação, proporcionando a articulação dos conhecimentos construídos ao longo do curso com problemáticas reais do mundo do trabalho.

Art. 3° - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, previsto para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP).

Art. 4° - A realização do TCC no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivos:

I – Proporcionar ao estudante o aprofundamento teórico e fomento à pesquisa;

II – Aproximar o acadêmico da prática profissional de Gestão Pública, consolidando os conteúdos teóricos estudados;

Art. 5° - O TCC é definido como produção acadêmica individual sobre um tema, caracterizando-se como um estudo investigativo, de caráter aplicado, podendo constituir uma pesquisa, um estudo de caso ou de multicasos, com a proposição de um relatório de práticas profissionais, buscando sugerir melhorias no ambiente das organizações em pesquisa, devendo em todos esses casos enquadrar-se nas 03 (três) linhas de pesquisas do CSTGP e adequado às normas técnicas para elaboração de monografias (ABNT) e de acordo com Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos da Instituição. O TCC pode estar disposto em uma das seguintes categorias:

I – trabalho de revisão da literatura sobre determinado tema em uma das linhas de pesquisa do CSTGP;

II – trabalho de exposição teórica/ empírica sobre determinado tema ou fenômeno em uma das linhas de pesquisa do CSTGP, (reunindo e sistematizando ideias e informações pessoais dos atores, que permitam a melhor compreensão da realidade da gestão pública, com aplicação prática).

III- resultado de atividades de pesquisa e extensão com modelos e ações nas áreas vinculadas a Gestão Pública (projetos, planos, metodologias, etc.).

CAPÍTULO II
DAS TEMÁTICAS OU LINHAS DE PESQUISA ORIENTADORAS PARA O TCC

Art. 6° – O TCC deve ser realizado em consonância com as seguintes temáticas/linhas de pesquisa a serem definidas em reunião do Colegiado do Curso.

As linhas de pesquisa do curso de Tecnologia em Gestão Pública são:

Gestão de organizações: inclui gestão de pessoas, marketing, produção e finanças em organizações cooperativas, associativas ou públicas;

Políticas Públicas e Desenvolvimento (ii);

Inovação e Empreendedorismo (iii).

Art. 7° – O orientador poderá ser sugerido pelo aluno a partir do seu interesse nas temáticas de cada linha de pesquisa. De acordo com a disponibilidade do professor escolhido e da sua adequação à temática, o colegiado do CSTGP validará a escolha ou designará outro orientador. As temáticas de cada linha de pesquisa e seus respectivos os professores estão disponíveis no site institucional. A formação acadêmica mínima exigida para o orientador é a de especialista.

CAPÍTULO III
DO(S) COMPONENTE(S) CURRICULAR(ES) PARA O DESENVOLVIMENTO DO TCC E DA MATRÍCULA

Art. 8° - A matriz curricular do CSTGP prevê dois componentes curriculares especificamente voltados à elaboração do TCC, denominados TCC I e TCC II. A matrícula neste componente é obrigatória para a efetiva orientação. Estes componentes deverão criar um espaço para planejamento, organização, acompanhamento e controle da confecção dos TCCs. O papel do professor responsável por esta disciplina inclui o debate de diretrizes gerais de pesquisa e/ou extensão.

Art. 9° - Ao final da disciplina de TCC o acadêmico deverá entregar obrigatoriamente um projeto de TCC. O professor responsável pela disciplina pode solicitar outros itens que julgar necessários.

Art. 10° - Em caso de reprovação no componente curricular TCC o aluno poderá efetuar a matrícula no momento em que a disciplina for novamente ofertada, desde que não ultrapasse o prazo máximo para integralização curricular do CSTGP.

Art. 11° - Cabe ainda ao professor do componente curricular:

Coordenar as atividades de orientação e avaliação do TCC produzido pelos alunos;

Elaborar um calendário das atividades necessárias ao desenvolvimento do TCC;

Convidar, sempre que necessário, os professores orientadores dos alunos matriculados no componente curricular, para discussão em aula;

Organizar, em conjunto com o Colegiado do CSTGP, as apresentações do trabalho para a sua avaliação.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTUDANTE, DO PROFESSOR ORIENTADOR E DO COORDENADOR

Art. 12° - Compete aos estudantes na elaboração do TCC:

I – Realizar matrícula e ser aprovado na disciplina de TCC:

II – Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas do IF Farroupilha;

III – Ser orientado por um professor na realização do seu TCC

IV- Conhecer a programação prévia das atividades a serem desenvolvidas pelas disciplinas de prática de pesquisa;

V- Apresentar ao Colegiado do CSTGP seu TCC, bem como a realização da apresentação pública, nos prazos e datas determinados;

VI – Colaborar com a confecção do TCC comparecendo aos encontros agendados pelo orientador e realizando as tarefas solicitadas.

VII- Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por Lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

Art. 13° - São atribuições do Professor Orientador de TCC:

assinar o formulário específico, aceitando a orientação;

avaliar a viabilidade da proposta do TCC, verificando a disponibilidade de material bibliográfico sobre o assunto;

indicar fontes bibliográficas para consulta, inclusive acompanhar e orientar o aluno na execução do plano de trabalho;

avaliar cada etapa do desenvolvimento do TCC, fazendo intervenções sobre o conteúdo, normas técnicas de apresentação e redação do texto;

conduzir a banca final de avaliação do TCC ficando responsável pelas assinaturas nos documentos de avaliação e ata;

encaminhar a ata de avaliação da banca final ao CSTGP;

autorizar cópia da monografia, depois de aprovada e corrigida, para entrega, pelo aluno, da versão final à Coordenação do Colegiado do CSTGP.

Art. 14° - São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao TCC:

I – Designar o professor da disciplina de TCC;

II – Organizar em conjunto com os demais professores o cronograma do TCC;

Art. 15° São atribuições do colegiado, em relação ao TCC:

homologar o nome do professor orientador (e do co-orientador, quando for o caso), em formulário próprio;

acompanhar as atividades a serem desenvolvidas no TCC;

publicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a composição das bancas, bem como local, horário e data da entrega do TCC pelo aluno;

CAPÍTULO V
DO NÚMERO DE ORIENTANDOS DE TCC POR PROFESSOR ORIENTADOR E DA ORIENTAÇÃO

Art. 16° - Cada professor orientador poderá orientar simultaneamente, até 5 (cinco) TCCs, excluindo-se da contagem co-orientações

Normatizar o número máximo de orientandos de TCC por professor e/ou o mínimo.

Art. 17° - A carga horária semanal de orientação por aluno dependerá da RAD a ser entregue de cada docente

Art. 18° – Cabe ao professor orientador preencher, assinar e coletar a assinatura do aluno na ficha de registro de atividades de orientação;

Art. 8°. Caso desejável, é possível a escolha de um co-orientador da mesma instituição.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA DO TCC

Art. 19° – O TCC acatará as normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos, editadas pela ABNT, e observando as seguintes diretrizes:

Texto composto por, no mínimo 30 páginas, incluindo as referências;

Tabelas, gráficos e figuras numeradas e inseridas no corpo do texto;

Fonte times New Roman ou Arial, tamanho 12pt;

Espacejamento entre linhas: 1,5;

Margens: superior e esquerda, 3,0cm; inferior e direita, 2,0cm;

Numeração de páginas em rodapé, à direita inferior, exceto na capa e folha de rosto e início de capítulo;

Art. 20° - O TCC deverá ser elaborado individualmente.

Art. 21° - Ao concluir a elaboração do TCC, o acadêmico deverá entregar três cópias impressas com capa espiral na coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, (uma para cada membro da banca), obedecendo ao prazo para a entrega do mesmo.

Art. 22° - O discente terá o prazo de 30 dias, após sua defesa, para entregar 1 (uma) cópia do trabalho impresso e encadernado, conforme as normas gerais da instituição e uma cópia em CD (formato PDF), ou meio eletrônico, contemplando as consideração e alterações recomendadas pela banca examinadora.

Art. 23° - Na hipótese de substituição do orientador ou de mudança de temática da pesquisa, o aluno deverá solicitá-la, por iniciativa própria, ao professor responsável pelo componente curricular, para que possa formalizar a designação de um novo orientador ou temática. Os prazos finais de entrega do trabalho, no entanto, não serão alterados.

Art. 24° - O professor orientador poderá solicitar seu afastamento da orientação, desde que os motivos estejam devidamente fundamentados e apreciados pelo Colegiado do CSTGP. Neste caso, deverá comunicar de forma escrita, ao professor responsável pelo TCC, que encaminha ao Colegiado do CSTGP, para que junto com o aluno apresentem o nome de um novo orientador.

CAPÍTULO VII
DAS QUESTÕES ÉTICAS

Art. 25° – Quando uma organização estudada desejar que seus dados não sejam divulgados poderá ser utilizado um nome fictício para a instituição, a fim de que não seja reconhecida.

Art. 26° - As organizações conveniadas que autorizarem a divulgação das informações obtidas na prática profissional do curso e apresentadas no TCC deverá fazê-lo por escrito, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela Instituição pesquisada.

Art. 27° - As pesquisas que envolverem indivíduos participantes deverão ser aprovadas por comitê de ética

Art. 28° - A qualquer momento, independente das notas já atribuídas, será reprovado o trabalho em que for comprovada fraude, plágio ou utilização de meio ilícito para sua execução

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 29° - Será reprovado no TCC o aluno que não cumprir com os requisitos mínimos exigidos por seu professor orientador e pelo professor do componente curricular TCC para que o trabalho seja encaminhado para a avaliação da banca.

Art. 30° - Concluída a elaboração do TCC, uma vez autorizado pelo professor orientador, o documento deverá ser remetido à apreciação de uma banca examinadora, composta pelo professor orientador, que a presidirá, e por pelo menos outros dois avaliadores.

§ 1° Caso o trabalho tenha sido desenvolvido com co-orientação, o co-orientador poderá fazer parte da banca, mas não poderá participar da decisão da nota final do aluno.

§ 2° A banca sempre deverá considerar, pelo menos, um suplente para cada titular.

§ 3° Em caso de desistência ou impossibilidade de participar, o Colegiado convidará o suplente designado, que passará a titular.

Art. 31° - A banca utilizará um formulário padrão para a avaliação do TCC, no qual constam os critérios de análise do trabalho escrito e da sua apresentação oral. A nota final será calculada pela média aritmética das notas dos membros da banca.

Art. 32° - O trabalho escrito terá pontuação máxima de 7,0 (sete) e a apresentação oral, de 3,0 (três) pontos, que juntos comporão a máxima pontuação de 10,0 (dez).

Art. 33° - Os alunos que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) estão aprovados, após atender às recomendações da banca, se for o caso.

§ 1° Aqueles que obtiverem entre 5,0 e 6,99 deverão, a partir das recomendações da banca, promover os ajustes necessários no trabalho final e, no prazo estipulado pelo colegiado, retornar o trabalho ajustado para seu orientador, para conferência e nova avaliação.

§ 2° Alunos que tiverem obtido nota inferior a 5,0 ou que não tiverem procedido aos ajustes necessários estão reprovados.

Art. 34° - A apresentação oral do TCC será pública e ocorrerá nas datas previstas pelo Colegiado, cuja divulgação conterá as seguintes informações: título do TCC; nome do (a) aluno (a); nome do (a) Professor (a) Orientador (a); nome dos componentes da Banca Examinadora; e da data, hora e local onde se realizará a apresentação oral do TCC.

§ 1° A duração total máxima da apresentação pelo (a) aluno (a) será de 20 (vinte) minutos.

§ 2° Após a apresentação pelo (a) aluno (a), cada membro da Banca Examinadora terá um tempo estipulado pelo presidente da banca para manifestar suas arguições e fazer questionamentos acerca do trabalho apresentado.

§ 3° Após a apresentação oral, o (a) aluno (a) deverá responder às perguntas e/ou esclarecimentos solicitados pela Banca Examinadora.

§ 4° Concluída a fase de apresentação a Banca se reunirá, reservadamente, para deliberar sobre a avaliação do aluno e o resultado final, o qual será divulgado em seguida.

§ 5° A Banca Examinadora registrará suas notas em fichas individuais padrão, de acordo com os critérios ali indicados, as sintetizará em formulário padrão, calculará a média aritmética para definição na nota final do trabalho, e lavrará em ata o processo de avaliação do aluno (Anexo II), encaminhado-a ao Colegiado do CSTGP.

Art. 35° - A não entrega do trabalho escrito no prazo estabelecido ou o não comparecimento do aluno para a apresentação oral do trabalho implicará sua reprovação.

Parágrafo único. Em casos de força maior, a justificativa para o atraso (ou não comparecimento) deverá ser encaminhada ao Colegiado do CSTGP, que julgará sua pertinência.

Art. 36° - O resultado final do aluno será registrado na ata do processo de avaliação, que será encaminhada ao Colegiado do CSTGP pelo professor orientador.

Art. 37° – Os trabalhos de Conclusão de Curso serão apresentados à banca em sessão pública, composta pelo orientador e mais dois membros designado pela coordenação, sendo avaliados da seguinte forma: peso 7,0 para a estrutura do documento e peso 3,0 para a apresentação oral.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38° Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do CSTGP, sendo ouvidos os professores responsáveis pela disciplina de TCC, o professor orientador e o aluno.

ANEXO I

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Nome: _____

Curso:

_____

Semestre: _____ **Ano:** _____

Professor(a) Orientador(a) de TCC: _____

REGISTRO DE ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO DE TCC			
DATA	**ATIVIDADE DESENVOLVIDA**	**CARGA HORÁRIA**	**ASSINATURA**

GESTÃO PÚBLICA
Campus São Vicente do Sul

_____/_____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do Estudante Assinatura do Professor(a) Orientador(a) de TCC

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Processo - Ata n°

Título do Trabalho:

Acadêmico:

Orientador (a):

Avaliador (a): _____

Local da apresentação: _____**Horário:**_____

ASPECTOS AVALIADOS	Nota Máxima	Nota Atribuída
Sequência lógica de apresentação (introdução, objetivos, revisão de literatura, metodologia, resultados e discussões, considerações finais, referências).	0,5	
Domínio do assunto (conceitos, linguagem e termos técnicos).	0,5	
Expressão oral (volume, clareza e pausa)	0,5	
Uso adequado dos recursos audiovisuais (Data Show; quadro branco,...)	0,5	
Adequação da apresentação ao tempo estipulado	0,5	
Arguição	0,5	
Total	**3,0**	

São Vicente do Sul-RS, _____ de _____ de _____.

_____
Avaliador

_____
Orientador

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Processo - Ata n°

Título do Trabalho:

Acadêmico:

Orientador (a):

Avaliador (a):

Local da apresentação:

_____**Horário:**_____

ASPECTOS AVALIADOS	Nota Máxima	Nota Atribuída
Título: é conciso e reflete com precisão o conteúdo?	0,5	
Resumo: é claro e contempla os objetivos, os materiais e métodos, os principais resultados e as considerações finais?	0,5	
Introdução: justificativa, objetivos: foi escrita de forma sequencial, que encaminha logicamente o leitor às justificativas e aos objetivos? Apresenta contextualização?	1,0	
Revisão de literatura: é focada a trajetória conceitual-teórica do assunto abordado? As citações estão adequadas e bem empregadas? Existe relação do estudo apresentado?	0,5	
Metodologia: é suficiente e detalhada? É pertinente à área de atuação?	1,0	
Resultados e Discussão: todos os resultados e discussões estão apresentados corretamente? A discussão está de forma satisfatória? Todas as tabelas, quadros são referidos no texto sem repetição e são necessários e auto-explicativos?	1,0	
Considerações finais: o acadêmico conseguiu concluir satisfatoriamente o trabalho com base nos objetivos propostos?	1,0	
Referências: segue as normas da ABNT? Todas as referências constam citadas no trabalho e vice-versa?	0,5	
Apresentação, forma e estilo: está de acordo com as normas de apresentação pré-estabelecidas? Apresenta linguagem técnica e clara? O raciocínio é lógico e didático? As regras de pontuação acentuação, concordância verbo-nominal são observadas?	1,0	
Total	**7,0**	

São Vicente do Sul-RS, _____ de _____ de _____.

_____
Avaliador

_____

ANEXO III
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, professor orientador do acadêmico _____ do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, submeto e autorizo, por meio do presente, a avaliação escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado, _____ _____ _____, estando ciente do conteúdo técnico e metodológico apresentado neste trabalho.

Pede deferimento.

São Vicente do Sul-RS, ___de _____de _____.

_____
Assinatura do Orientador do TCC

_____
Assinatura do Coordenador de Curso

ANEXO IV
À COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Eu,_____, matrícula nº _____, venho requerer pelo presente, que seja constituída Banca Examinadora para avaliação de meu trabalho de conclusão do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, intitulado: _____ _____ _____ _____, que se realizará no dia 24/09/2014.

BANCA DE AVALIAÇÃO

Nome	Matríc. SIAPE	Titulação	Inst. de Origem
1° Orientador:			
2º:			
3º:			

São Vicente do Sul, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) aluno(a)

_____
Assinatura do(a) Orientador(a)

_____
Assinatura do Coordenador do Curso

APROVAÇÃO DO COLEGIADO:_____
Presidente do Colegiado

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM **GESTÃO PÚBLICA**

Campus São Vicente do Sul